



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

GIULIA SILVA SANTOS

O PAPEL DO BNDES NAS RELAÇÕES BRASIL-ANGOLA

JOÃO PESSOA

2024

GIULIA SILVA SANTOS

O PAPEL DO BNDES NAS RELAÇÕES BRASIL-ANGOLA

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de Relações Internacionais, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para aquisição do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Profa. Mojana Vargas Correia da Silva

.

JOÃO PESSOA

2024

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S237p Santos, Giulia Silva.

O papel do BNDES nas relações Brasil-Angola /
Giulia Silva Santos. - João Pessoa, 2024.

74 f. : il.

Orientação: Mojana Vargas Correia da Silva.

TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Relação Angola e Brasil. 2. Banco Nacional de
Desenvolvimento Econômico. 3. Cooperação Internacional.
4. Política Externa Brasileira para África. 5.
Cooperação Sul-Sul. 6. Internacionalização. I. Silva,
Mojana Vargas Correia da. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 327

GIULIA SILVA SANTOS

O PAPEL DO BNDES NAS RELAÇÕES BRASIL-ANGOLA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel (a) em Relações Internacionais.

Aprovado(a) em, 14 de Outubro de 2024

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **MOJANA VARGAS CORREIA DA SILVA**
Data: 14/10/2024 18:37:54-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Mojana Vargas Correia da Silva – (Orientadora)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Documento assinado digitalmente
 **LUCAS MILANEZ DE LIMA ALMEIDA**
Data: 15/10/2024 11:26:15-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Lucas Milanez de Lima Almeida
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Documento assinado digitalmente
 **SILVIA GARCIA NOGUEIRA**
Data: 16/10/2024 10:32:47-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Silvia Garcia Nogueira
Universidade Estadual da Paraíba - UEPB

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Flávia Santos Silva e João dos Santos Filho, por todo o apoio e incentivo ao longo do curso e na realização deste trabalho, que foram fundamentais em cada passo dessa jornada. À minha avó, Josefa Anunciada Mendes dos Santos, agradeço pelo exemplo de vida e pela amor pelos estudos, que sempre me inspiraram a seguir adiante. Aos meus amigos, Maria Paula de Moraes Silva e Breno Roberto Figueiredo de Melo, obrigada pelo companheirismo e motivação durante todo o percurso, por sempre me ouvirem e sempre acreditarem no meu potencial. Aos membros do Centro Acadêmico de Relações Internacionais Celso Amorim, agradeço por manterem um espaço de estudo e descanso no campus, o qual tive o prazer de usufruir. Por fim, agradeço a minha orientadora Mojana Vargas Correia da Silva pela orientação e paciência, e por me guiar ao longo deste trabalho.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de projetos e montante de verba por província angolana37

Gráfico 2 - Número de projetos e valor de crédito concedido por área infraestrutural39

Gráfico 3 - Número de projetos e valor de crédito concedido a cada Interveniente Importador39

Gráfico 4 - Números de projetos e valor de crédito por Interveniente Exportador41

Gráfico 5 - Número de projetos e verba por Protocolo43

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABC	-	ABC - Agência Brasileira de Cooperação
BAPA	-	Plano de Ação de Buenos Aires para Promoção e Implementação de Cooperação Técnica entre Países em
BNDES	-	Desenvolvimento
CID	-	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
COBRADI	-	Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
CMEBEU	-	Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional
CPI	-	Comissão Mista Brasil-Estados Unidos
CT	-	Comissão Parlamentar de Inquérito
CSS	-	Cooperação Técnica
DIAMANG	-	Cooperação Sul-Sul
ENANA	-	Companhia de Diamantes de Angola Empresa Nacional de Exploração de Aeroportos e Navegação
ENE-EP	-	Aérea de Angola
FGI	-	Empresa Nacional de Eletricidade de Angola
FINAME	-	Fundo Garantidor de Investimentos
FNLA	-	Agência Especial de Financiamento Industrial
INEA	-	Frente Nacional de Libertação de Angola
IPEA	-	Instituto Nacional de Estradas de Angola
MDICS	-	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MINUC	-	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços
MPLA	-	Ministério de Urbanismo e Construção da República de Angola
N.E.	-	Movimento Popular de Libertação de Angola
OIG	-	“não encontrado”
ONG	-	Organização Intergovernamental
ONU	-	Organização Não Governamental
OUA	-	Organização das Nações Unidas
PALOP	-	Organização da Unidade Africana
PDP	-	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PEB	-	Política de Desenvolvimento Produtivo
PIB	-	Política Externa Brasileira
SI	-	Produto Interno Bruto
TMD	-	Sistema Internacional
UNICEF	-	Teoria Marxista da Dependência
UNITA	-	Fundo das Nações Unidas para a Infância
URSS		União Nacional para a Independência Total de Angola União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

RESUMO

Este trabalho buscou tratar da atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) para a internacionalização de empresas brasileiras em Angola, sendo este o seu objeto de estudo, e refletir sobre o papel que tomou na agenda internacional brasileira. Foram abordadas a história de Angola e suas relações com o Brasil, a história do BNDES e as características de sua atuação internacional, além de conceitos teóricos como Cooperação para o Desenvolvimento, Cooperação Sul-Sul, Subimperialismo, Pragmatismo e Política Externa Brasileira, a fim de buscar elucidar o papel da atuação internacional do BNDES. A metodologia utilizada contou com uma revisão bibliográfica qualitativa e um levantamento de dados obtidos a partir dos contratos realizado entre o BNDES e Angola, buscando contextualizar sua atuação, abordando-se temáticas como Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, Cooperação Sul-Sul, Política Externa Brasileira, Subimperialismo e Pragmatismo Econômico. Foi utilizada a metodologia descritiva, buscando dados sobre a atuação internacional do BNDES em Angola e suas características, para elaborar um panorama com o contexto em que se deu, teorias e problemáticas relevantes, suas mudanças conforme os anos e as principais áreas em que atuou.

Palavras-chave: Relação Angola e Brasil. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. Cooperação Internacional. Política Externa Brasileira para África. Cooperação Sul-Sul. Internacionalização.

ABSTRACT

This paper aimed to address the role of the National Bank for Economic and Social Development (BNDES) in the internationalization of Brazilian companies in Angola, with the latter being the object of study of this paper, and to reflect on the role it has taken within Brazil's international agenda. The history of Angola and its relations with Brazil were discussed, as well as the history of BNDES and the characteristics of its international operations. Theoretical concepts such as Development Cooperation, South-South Cooperation, Subimperialism, Pragmatism, and Brazilian Foreign Policy were also explored to elucidate the role of BNDES' international activities. The methodology used included a qualitative bibliographic review and data collection based on contracts between BNDES and Angola, aiming to contextualize its operations. Themes such as International Development Cooperation, South-South Cooperation, Brazilian Foreign Policy, Subimperialism, and Economic Pragmatism were addressed. A descriptive methodology was employed to gather data on BNDES' international operations in Angola and its characteristics, providing an overview of the context in which they occurred, relevant theories and issues, changes over the years, and the main areas in which it operated.

Keywords: Angola-Brazil Relations. National Bank for Economic and Social Development (BNDES). International Cooperation. Brazilian Foreign Policy towards Africa. South-South Cooperation. Internationalization.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO11

1 CONTEXTO HISTÓRICO DE ANGOLA E SUAS RELAÇÕES COM O BRASIL15

2 A COOPERAÇÃO SUL-SUL BRASILEIRA E A PEB PARA ANGOLA21

3 O BNDES E SEUS MEIOS DE ATUAÇÃO30

3.1 Os empréstimos para Angola e o BNDES como auxílio e suporte para a PEB32

4 OS PROJETOS REALIZADOS POR MEIO DA CONCESSÃO DE CRÉDITO E SUA RELAÇÃO COM A PEB PARA ANGOLA35

4.1 Breve análise dos dados obtidos a partir dos contratos36

CONSIDERAÇÕES FINAIS47

REFERÊNCIAS53

INTRODUÇÃO

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é uma empresa pública federal brasileira que atua como um dos principais instrumentos de gestão política e econômica no Brasil, independente de estado ou município. Ele, como banco de desenvolvimento, é uma organização que guarda e opera verbas e informações econômicas, de fontes públicas e privadas, além de auxiliar no desenvolvimento de estratégias e implementação de investimentos. Originalmente, a atuação do BNDES era exclusivamente voltada para o ambiente nacional, mas, ao longo das últimas décadas, tem ampliado suas atividades para oferecer oportunidades de investimento na internacionalização de empresas. Nesse contexto, é essencial qualificar e identificar os principais impactos desse processo e seu papel na Política Externa Brasileira (PEB).

Esse apoio à internacionalização de empresas brasileiras tem ocorrido por meio tanto da oferta de investimentos como financiamento e compra de ações e da concessão de crédito a países estrangeiros para a obtenção de serviços de empresas brasileiras.

A atuação internacional do BNDES foi marcante nos governos do Partido dos Trabalhadores, não só para promover o crescimento interno, mas como auxílio à política externa, sendo ligada a interesses diplomáticos brasileiros e à cooperação com outros países do sul global. Além disso, visa impulsionar principalmente o crescimento de empresas brasileiras no mercado internacional. No entanto, questões relacionadas ao papel do BNDES como instrumento de cooperação e de política externa são fundamentais, bem como controvérsias e perspectivas críticas, devido à notável complexidade envolvida em projetos internacionais.

Este trabalho tem como recorte temporal o período a partir de 2002, que marca o fim da Guerra Civil de Angola (1975-2002) e do início do Governo de Luís Inácio Lula da Silva no Brasil, até 2014, no final do primeiro mandato de Dilma Rousseff, quando se encerram os projetos de internacionalização de empresas brasileiras por meio do BNDES. Aborda-se como são conectados e interseccionados o funcionamento do BNDES, a cooperação, e a política externa do Brasil para com Angola.

O objetivo geral deste trabalho é avaliar o papel do BNDES e sua relação com a cooperação e a política externa do Brasil para Angola, durante o período que atuou em Angola como concessor de crédito e agente de investimento, explorando sua instrumentalização. Dentre os objetivos específicos do trabalho estão: estudar a história da relação entre Brasil e Angola, para contextualizar a atuação do BNDES quanto aos investimentos realizados e seus contratos; e analisar investimentos realizados em Angola e como se encaixam na Cooperação Sul-Sul e na Política Externa Brasileira.

Esta pesquisa pode ser considerada uma pesquisa descritiva e qualitativa. Conforme Gil (2002), um estudo descritivo visa não só descobrir a existência de associações entre variáveis, mas também determinar a sua natureza. Já a abordagem qualitativa busca a objetivação do fenômeno e descrevê-lo, compreendê-lo e explicá-lo, além de revelar as relações entre o global e o local no fenômeno; tendo um caráter interativo entre os objetivos da pesquisa, suas orientações teóricas e seus dados empíricos (Gerhardt; Silveira, 2009).

Os procedimentos metodológicos adotados foram a pesquisa bibliográfica e documental. Para a primeira, foram utilizadas principalmente fontes secundárias, tais como livros, artigos e websites jornalísticos e governamentais. Para a segunda, foram consultadas fontes primárias, a exemplo do Estatuto Social do BNDES e dos contratos realizados entre Brasil e Angola por meio do BNDES.

Como lentes teóricas foram utilizadas a Cooperação Sul-Sul, a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e a Política Externa Brasileira, assim como, de forma complementar, pontos de vista críticos como Subimperialismo e Pragmatismo Econômico.

Na pesquisa bibliográfica, os termos-chave adotados para a busca das fontes foram: Relação Angola e Brasil; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico; Cooperação Internacional; Política Externa Brasileira para África; Cooperação Sul-Sul; Internacionalização sendo usadas alternadamente para obter resultados diversos dentro da pesquisa, num mapeamento seletivo da literatura. Buscou-se selecionar artigos, que abordassem duas ou mais temáticas pesquisadas e que tivessem um foco nas Relações Internacionais e não só econômicas, e livros que abordassem os conceitos teóricos utilizados no trabalho. Os critérios de exclusão foram textos

anteriores ao período de estudo delimitado (2002) e aqueles interligados a segmentos diferentes do foco deste estudo.

Para a pesquisa documental, foram compilados dados de contratos de concessão de crédito do BNDES para Angola, como datas, valores, áreas de atuação e instituições envolvidas, além dos termos dos contratos. Com esses dados, buscou-se estabelecer um paralelo com a PEB para África e Angola, para se estudar como coincidiram ou não com as políticas públicas almejadas pelo Brasil e, a partir disso, abordar o papel do BNDES na cooperação e no apoio à PEB.

Este estudo é importante, pois investiga e demonstra o funcionamento da estrutura de financiamentos do BNDES para que se evidencie seu papel na Política Externa Brasileira e sua atuação em Angola, contribuindo para uma melhor compreensão das estratégias de crescimento econômico do Brasil e sua interação com a Cooperação Sul-Sul. Analisando o período de 2002 a 2014, pode-se oferecer informações sobre a operacionalização das políticas de desenvolvimento e a internacionalização de empresas brasileiras, destacando a relevância econômica e política dessa dinâmica.

A pesquisa enriquece a literatura acadêmica ao explorar conceitos como internacionalização e cooperação, além de utilizar uma metodologia que combina fontes primárias e secundárias. Suas conclusões fornecem subsídios para a avaliação crítica de políticas públicas e orientação de tomadores de decisão e gestores, buscando, na demonstração do funcionamento destes projetos de concessão de crédito e das questões políticas envolvidas, promover um desenvolvimento mais sustentável e equitativo, aumentando a conscientização sobre a cooperação internacional e o papel das instituições financeiras públicas no desenvolvimento global.

No primeiro capítulo deste trabalho busca-se abordar o contexto histórico de Angola em suas facetas relevantes para seu desenvolvimento e sua relação com o Brasil. No capítulo seguinte, objetiva-se abordar a CSS brasileira e a PEB para Angola, a partir da agenda de política externa do governo Lula e do governo Rousseff. No terceiro capítulo, se expõe a forma de atuação do BNDES, os projetos realizados em Angola por meio do financiamento do BNDES e suas particularidades. Nas considerações finais, são feitas observações baseadas nas descobertas desta

pesquisa, apurando o que foi estudado e seu significado no contexto das relações Brasil-Angola.

1 CONTEXTO HISTÓRICO DE ANGOLA E SUAS RELAÇÕES COM O BRASIL

Antes que se aborde a concessão de crédito do BNDES e a atuação de empresas brasileiras em Angola, é essencial entender o contexto em que aconteceram. Para isso, este capítulo expõe uma breve história de Angola e de suas relações com o Brasil.

Angola, situada na região central da África, possui uma extensa costa voltada para o Oceano Atlântico e faz fronteira com as Repúblicas do Congo, Democrática do Congo, Zâmbia e Namíbia. Sua capital é a cidade costeira de Luanda, seu clima é tropical e o relevo é repleto de planaltos, possuindo área total de 1.246.700 km² e população em torno de 33,080 milhões de habitantes. No entanto, apresenta baixas taxas de urbanização e alfabetização (Embaixada da República de Angola nos EUA).

Angola é rica em recursos naturais, como o petróleo, diamantes e outros minerais, além de ser favorável para a agricultura. Sua economia é, na maioria, dependente da comercialização e da exploração de petróleo (Gomes *et al.*, 2022). Atualmente, é uma República Presidencialista, semelhante ao sistema de governo do Brasil. Angola é dividida em 18 províncias, e seu idioma oficial e predominante é a língua portuguesa¹. Além disso, possui uma das maiores economias da África Subsaariana, embora seja vulnerável às variações nos mercados de *commodities* devido à dependência do petróleo.

A fragilidade econômica de Angola é fruto de um longo período de colonização, da guerra de independência e guerras civis subsequentes, que atrasaram sua estabilização política e o desenvolvimento da infraestrutura necessária para o crescimento econômico. (Gomes *et al.*, 2022; Guimarães *et al.*, 2014). Antes da chegada dos portugueses, o território angolano já era amplamente ocupado por diversos povos nativos, principalmente o povo Bantu e o Reino do Congo, um dos maiores reinos africanos da época. Esses povos possuíam uma rica cultura, organização social e estavam inclusos em rotas de comércio com outros povos africanos e árabes.

¹ Além do Português como língua oficial, Angola tem diversas línguas nacionais e dialetos, em sua maioria pertencentes ao ramo linguístico Banto (Marcus, 2021).

Os Portugueses chegaram à Angola em 1484, inicialmente estabelecendo um relacionamento comercial localizado na costa e formando uma aliança com o Reino do Congo, expandindo-se posteriormente para o interior. A colonização iniciou em 1575, com a chegada do primeiro governador português, soldados e colonos. O objetivo não só foi a exploração dos recursos naturais angolanos, mas também intensificar o tráfico de africanos escravizados para as Américas, especialmente devido à crescente demanda por mão de obra no Brasil. Esse período estabeleceu os primeiros vínculos entre Angola e Brasil, por meio da colonização portuguesa e da diáspora dos povos escravizados. Com a abolição do tráfico escravagista, em 1836, e abertura dos portos de Angola, em 1844, o país passou por mudanças sociais e crescimento de uma burguesia colona interna, ao mesmo tempo que implantava o trabalho forçado, no qual africanos sem ocupação formal eram “submetidos a contratos de trabalho compulsório” (Visentini, 2012).

O fim da monarquia em Portugal, e, conseqüentemente, de seu *status* imperial, se deu em 1910, por meio de uma revolução organizada pelo Partido Republicano, que depôs o último rei de Portugal por meio de golpe militar e instaurou um governo republicano (Graziano; Caixeta, 2021). Embora muitas mudanças ocorrerem na sociedade portuguesa, garantindo liberdades ao povo português, o cenário era diferente nas colônias. A exploração de minerais, como diamantes e ouro, se ampliou com a fundação da Companhia de Diamantes de Angola (DIAMANG) em 1921, estreitando o controle português sobre o território angolano.

Na segunda metade do século XX, movimentos políticos nacionalistas cresceram em Angola, devido a condições nacionais e internacionais. A formação desses movimentos foi influenciada pelo surgimento da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização da Unidade Africana (OUA),² que revisitavam questões sobre a soberania dos povos e, no caso da OUA, a difusão de princípios panafricanistas (Leite, 2012; Cissé, Alves, 2021).

No período em que eclodiu a Guerra de Independência de Angola, Portugal passava pelo governo ditatorial salazarista, chamado Estado Novo, desde 1932, sendo

² Além da influência de organizações internacionais, houve também influências extracontinentais de países com os Estados Unidos das Américas e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, influenciando não só política e ideologicamente mas também posteriormente auxiliando grupos políticos (Visentini, 2012)

esse regime marcado pelo autoritarismo, perseguições políticas e corporativismo. Com a Revisão Constitucional de 1951 em Portugal, as colônias passaram a ter o *status* de Províncias Ultramarinas³, o que o governo salazarista usou para propagar a ideia de uma “comunidade pan-lusitana”, negando o racismo no passado português e tentando promover uma unidade, mas se opunha conceder independência ou autonomia às províncias ultramarinas, não destinando verbas para esses territórios e promovendo o fim de organizações africanas.

A luta anticolonial em Angola, que durou de 1961 a 1974, teve três grandes movimentos como principais atores: Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA).

O MPLA, movimento mais antigo, começou a se organizar em 1959, e suas ações culminaram na insurreição de Luanda, em 1961, e no início da Luta Armada de Libertação Nacional, em 1962, inicialmente no norte angolano. Em 1966, a UNITA também iniciou lutas armadas na região leste do país. As guerras de independência de Angola e de Moçambique contribuíram para a instabilidade em Portugal, que culminou na Revolução dos Cravos em 1974, a qual derrubou o Estado Novo português, que por sua vez facilitou os processos de independência da África Lusitana (Graziano; Marinho, 2021; Leite, 2011).

Em março de 1961, após a eclosão da primeira guerra de independência de Angola, o diplomata brasileiro, Ciro Freitas Vale, escreveu para o então ministro das Relações Exteriores, Afonso Arinos, questionando a abstenção do governo brasileiro na votação que condenaria o colonialismo português, alegando que essa posição apoiava a colonização e comprometia o compromisso do Brasil com a descolonização (Mello, 2016). Por longo tempo, o Brasil se absteve sobre o colonialismo em Angola: com a exceção de um voto a favor da Resolução 1.514 da ONU, que reafirmava o direito do

3 Com as pressões decoloniais após a Segunda Guerra Mundial, a fim de se inserir em organizações internacionais como a ONU e melhorar suas relações, Portugal, na sua Revisão Constitucional em 1951, revogou o Ato Colonial. Isto porém não garantiu maiores direitos aos povos cujos territórios haviam sido ocupados pelos portugueses, cuja integração foi de caráter formal, com as principais mudanças sendo estabelecer o fluxo de livre comércio entre as províncias e mudanças de critério para a cidadania, os quais incluíam critérios como saber ler e escrever português, ser cristão, ter cumprido serviço militar, dentre outros, e que apenas 1% das populações indígenas dos territórios ultramarinos poderia cumprir. (RPT Ensina, s.d. Arquivo, 1962. Valério, 2021)

povo angolano à independência e desaprovava medidas repressivas. Pressionado por Portugal, o Brasil frequentemente votava contra normas a favor de Angola, com apoio de países como França, Espanha e Grã-Bretanha (Lima, 2016; Luce, 2014).

O presidente brasileiro Jânio Quadros apoiou Angola em 1961, afirmando que o Brasil não se alinharia à política colonialista de Portugal na África. Quando a guerra começou, houve um encontro entre o chanceler Afonso Arinos e Salazar, no qual o chanceler buscou convencer Salazar a pôr fim à colonização e Salazar tentou persuadi-lo a alinhar-se a Portugal (Leite, 2011). É importante mencionar que a posição anticolonialista brasileira não era apenas ideológica, mas pragmática, visando estabelecer livre comércio nas colônias.

Após a independência de Angola, em 1975, colonos portugueses sabotaram a infraestrutura do país, retirando bens móveis e destruindo pontes, estradas e veículos de transporte, além de sabotarem o maquinário que não puderam levar (Visentini, 2012).

O governo Geisel, após a independência de Angola, declarou apoio ao MPLA, e buscou cooperar com os novos países independentes africanos para ampliar sua influência diplomático-econômica na região e equilibrar a presença cubana e soviética no Atlântico Sul. Apesar do seu caráter anticomunista, o governo militar brasileiro apoiou Angola em conjunto com a URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas), cooperando com obras de reparação da infraestrutura e na construção de uma hidrelétrica no rio Kwanza na década de 1980 (Visentini, 2012).

A independência de Angola ocorreu por meio do “Acordo do Alvor”, realizado entre Portugal e as três maiores organizações políticas de Angola, em 1975. Isso não significou o fim dos conflitos, já que ainda durante as negociações do acordo a UNITA se aliou à FNLA para tentar excluir o MPLA dele, sem sucesso, mas sendo um dos fatores que levaram a uma guerra civil entre o MPLA e a UNITA, que durou até 2002, devido às diferenças ideológicas entre os movimentos (Luce, 2011). O MPLA, de orientação marxista, recebia apoio de Cuba e da União Soviética. A UNITA, liderada por Jonas Savimbi, variava politicamente conforme o apoio externo e era composta por diversas etnias do sul (Visentini, 2012). A FNLA, defendia os interesses do povo Bakongo, era anticomunista e contra os brancos, e acabou lutando em conjunto com a

UNITA em alguns momentos (Graziano; Caixeta 2021; Leite, 2012). O cenário internacional da Guerra Fria fomentou o conflito entre o MPLA e a UNITA.

Na guerra civil, a sabotagem de infraestrutura ocorreu novamente, com oleodutos em Cabinda, uma região rica em petróleo no extremo norte do país, sendo atacados, dentre outras estruturas importantes. Essas sabotagens visavam não apenas paralisar a produção, mas também a administração do país, tornando a situação econômica angolana desesperadora. Durante as guerras de independência e civil, mais de 500 mil pessoas morreram, devastando a sociedade, infraestrutura e economia angolanas (Leite, 2011; 2012). Na década de 1990, o Brasil se afastou da África e de Angola, influenciado pela política externa de Fernando Henrique Cardoso (FHC), que priorizava os países do centro global capitalista (Mello; Marinho, 2016)

Em 1991, os líderes da UNITA e do MPLA assinaram o "Acordo de Bicesse" para pôr fim à guerra civil e realizar eleições livres. No entanto, a violência eclodiu novamente em 1992, após a previsão de derrota da UNITA nas eleições. A guerra civil só terminou com a morte de Jonas Savimbi em 2002 (Luce, 2011).

Em 1994, foi assinado o Protocolo de Lusaka, que também não teve os resultados esperados (Luce, 2011; 2014). Após o cessar-fogo de 2002, foi criado o Memorando de Entendimento do Luena, como complemento aos acordos anteriores, com os principais objetivos de: “garantirem a obtenção e efetivação do cessar-fogo e resolução de todas as questões militares pendentes e, subsequentemente, a definitiva resolução do conflito armado” (United States Institute of Peace USIP, 2002, p.2).

A partir do governo Lula, houve uma intensa retomada das relações com a África, destacando-se Angola devido ao fim de sua guerra civil, que coincidiu com o início do primeiro governo Lula. Diferente da estagnação durante os anos de FHC, a África passou a ser vista como essencial para o governo brasileiro (Leite, 2011).

Em seu discurso de posse, Lula destacou o desejo de estabelecer relações com novos países, de igual para igual, para ajudar na superação de dificuldades sociais e econômicas comuns. Além disso, ressaltou a importância do Brasil nesses relacionamentos para buscar novas e vantajosas oportunidades de desenvolvimento, estabelecendo uma maior capacidade de multilateralidade (Luce, 2014; 2011).

Rousseff, por sua vez, apesar das mudanças em seu mandato, deu continuidade à política de aproximação a África de seu antecessor (Oliveira e Mallmann, 2020).

No capítulo a seguir, se examina a Cooperação Sul-Sul brasileira e a Política Externa Brasileira para a África, com foco nos governos de Lula e Dilma Rousseff. Além disso, discutissem perspectivas que trazem críticas à cooperação, como o Pragmatismo Econômico e o Subimperialismo, e questionamentos sobre a eficácia e a equidade das iniciativas de cooperação, principalmente das iniciativas de CSS.

2 A COOPERAÇÃO SUL-SUL BRASILEIRA E A PEB PARA ANGOLA

Tendo em mente o contexto das relações entre Brasil e Angola, este capítulo aborda a atuação brasileira na Cooperação Sul-Sul e sua política externa, fazendo, inicialmente, breve exposição dos conceitos abordados e, em seguida, enfocando em como os governos Lula e Rousseff instrumentalizaram a CSS e quais abordagens tiveram para com o continente africano, em especial para a Angola.

Política Externa, de acordo com Patrício (2014), é um esforço estratégico para a defesa e concretização dos interesses, objetivos e valores do Estado, tanto em cenários de cooperação quanto de conflito, definindo-o perante o ambiente internacional. Por meio da Política Externa um Estado, costuma adquirir um caráter previsível e credibilidade, já que essa garante maior estabilidade, mesmo em vista das mudanças no contexto político e social interno. Segundo a autora, no contexto globalizado da atualidade, a atuação internacional de níveis de governo além do nacional necessita do desenvolvimento de “[...] uma atividade externa planejada e coerente que possa constituir-se em política (policy)” (Patrício, 2014, p. 409).

A Política Externa Brasileira é marcada por quatro principais características ou tradições, sendo essas: comportamento não confrontacionista, juridicismo, pragmatismo na busca do interesse nacional e relação entre a busca por desenvolvimento e as relações internacionais (Pecequilo, 2012).

Cooperação internacional é o trabalho em conjunto de dois ou mais países, ou atores internacionais, para o alcance de objetivos em comum (UNEP, s.d.). Seus principais atores são os Estados nacionais, embora por vezes possam contar com o apoio de Organizações Intergovernamentais (OIGs), Organizações Não Governamentais(ONGs), empresas e representantes da sociedade civil. Ela pode assumir diversas formas, como cooperação técnica, científica, cultural, ambiental e econômica, buscando promover tanto benefícios mútuos como troca de experiências e conhecimentos.

Diferentemente da assistência ou ajuda humanitária, a cooperação implica uma interação um pouco mais horizontal, em que os participantes colaboram para enfrentar desafios e atingir metas compartilhadas, além de contar com um caráter menos

emergencial e mais estrutural e/ou estruturante, buscando a implementação de mudanças. Há diversos pontos de vista conceituais e teóricos sobre cooperação, não havendo um conceito único para sua natureza.

As principais modalidades de cooperação são a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID), marcada historicamente por ocorrer entre “norte” e “sul”, ou seja, por países desenvolvidos e em desenvolvimento, e a Cooperação Sul-Sul (CSS), que conta com a cooperação entre países em desenvolvimento em ambos os lados. Essas modalidades desenvolveram-se de forma independente uma da outra, com diferentes contextos históricos, objetivos e funcionamento, embora possuam a busca por desenvolvimento em comum.

Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

A CID refere-se a um conjunto de práticas e iniciativas que visam apoiar o desenvolvimento de países menos desenvolvidos⁴, por meio de parcerias e intercâmbios de recursos financeiros e/ou técnicos (Tomazini, 2017). Além da concessão de crédito e intercâmbio de conhecimento a CID, pode abarcar “[...] cooperação técnica, de missões de manutenção da paz, da acolhida a refugiados, de bolsas de estudo, da facilitação do comércio e do investimento privado” (Souza, 2014, p. 13)

Os objetivos principais da CID são a promoção do desenvolvimento econômico e social, melhoria das condições de vida e redução da pobreza em países em desenvolvimento, mas a CID foi historicamente pautada pelos interesses dos países “doadores” e não dos receptores (Tomazini, 2017).

No seu período “tradicional”, entre 1946 e cerca de 1989, a CID ocorria predominantemente no eixo norte-sul, com um foco em desenvolvimento de infraestrutura, e contava, por vezes, com imposições por parte dos países “doadores”, que decidiam as áreas em que investiriam conforme o próprio interesse (Tomazini, 2017).

⁴O Comitê de Política de Desenvolvimento (CDP) da ONU categoriza desenvolvimento com base em três critérios principais, sendo estes renda, ativos humanos e vulnerabilidade econômica e ambiental. Esta categorização serve para monitorar desenvolvimento e subdesenvolvimento. (ONU, s.d.)

Na sua fase “moderna”, após a guerra fria, a CID contou com maior participação de organizações civis e OIGs buscando “[...] a substituição (ao menos parcial, e não apenas no plano do discurso) da relação anteriormente usual de dominação por outra em que possam existir associação e compartilhamento de responsabilidades entre os atores” (Carrion; Santos, 2011). Com a maior participação de OIGs e ONGs, houve redução na imposição de condicionalidades. Além disso, os termos “doador” e “recipiente” entraram em desuso devido à busca por uma cooperação mais horizontal.

Cooperação Sul-Sul

A CSS é uma modalidade de cooperação internacional entre países em desenvolvimento que compartilham níveis de crescimento semelhante, situados no chamado “Sul Global”, abrangendo a América Latina, Caribe e África, assim como certas regiões na Ásia, no Oriente Médio e na Oceania. Isso contrasta com a Cooperação Norte-Sul, que envolve a cooperação de países com um maior nível de desenvolvimento capitalista e países em desenvolvimento (Fischer, 2016). Mesmo nações com um significativo desenvolvimento industrial, podem fazer parte da CSS devido a indicadores socioeconômicos desafiadores, como baixo Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, mortalidade infantil e desigualdade social, apesar do progresso tecnológico (Garcia *et al.*, 2022; Fischer 2016).

A Cooperação Sul-Sul facilita o intercâmbio de recursos, tecnologias e conhecimentos, abordando desafios e possibilidades em comum entre países no Sul Global. Ela é utilizada por Estados, organizações internacionais, acadêmicos e setor privado para compartilhar conhecimentos e promover o crescimento econômico e social. Seu objetivo é oferecer oportunidades de inserção internacional para países que buscam expandir e melhorar suas condições socioeconômicas (Garcia *et al.*, 2022).

A Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, na Declaração de Nairobi (*apud* Unicef, 2023), definiu CSS como:

[...] processo em que dois ou mais países em desenvolvimento perseguem seus objetivos de desenvolvimento de capacidades nacionais de maneira individual ou conjunta mediante o intercâmbio de conhecimentos, habilidades, recursos e conhecimentos técnicos, bem como por meio de ações coletivas regionais e inter-regionais, inclusive parcerias com governos, organizações regionais,

sociedade civil e setores privado e acadêmico, para benefício individual ou coletivo nas regiões e entre elas.

Essa definição traz amplo paradigma de possíveis ações que se encaixam como Cooperação Sul-Sul, com projetos diversos, e abarca atores não-governamentais como podendo ter um papel na cooperação. O Conselho Econômico e Social das Nações Unidas afirma que doações e empréstimos, assim como outras medidas econômicas, como o perdão de dívida, são inclusos na CSS (Souza, 2014).

A CSS surgiu nas décadas de 1960 e 1970, diante a situação da Guerra Fria, quando países do então chamado “terceiro-mundo”, ou não-alinhados, expressaram descontentamento com as condições para cooperação oferecidas pelo norte global e buscaram promover seu crescimento em conjunto, conforme sua realidade e capacidade. O Plano de Ação de Buenos Aires para Promoção e Implementação de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (BAPA), assinado em 1978 por 138 Estados-membros em conjunto com a ONU, foi um marco importante nesse sentido. Esse documento foi considerado uma importante ferramenta para “[...] instrumentar e capacitar a troca de experiências entre os países, compartilhando histórias e realidades diferentes” (Fischer, 2016, p. 7).

Os objetivos iniciais da CSS, definidos no BAPA, incluíam promover a autossuficiência, troca de experiências, fortalecimento de capacidades tecnológicas e melhoraria das comunicações entre os países, visando aprofundar o desenvolvimento econômico dos envolvidos e sua inserção internacional. A CSS é fundamental, pois permite uma ampla troca de conhecimentos e experiências entre países em situações de desenvolvimento semelhantes, incentivando o desenvolvimento de projetos, programas e iniciativas com grande potencial de sucesso na diversificação das qualificações e produções (Garcia *et al.*, 2022).

Histórico da Cooperação no Brasil

Quanto ao posicionamento do Estado Brasileiro, a cooperação de modo geral se encaixa como prioridade, sendo inclusa em sua constituição:

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: I–independência nacional; II–

prevalência dos direitos humanos; III—autodeterminação dos povos; IV—não intervenção; V—igualdade entre os Estados; VI—defesa da paz; VII—solução pacífica dos conflitos; VIII—repúdio ao terrorismo e ao racismo; IX—cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; X—concessão de asilo político. Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações (Brasil, 1988, art. 4).

A CSS brasileira começou a ser construída nos anos 1970 por meio de acordos firmados com países sul-americanos e africanos. Percebia-se que a CSS, além de uma ferramenta para promover o próprio desenvolvimento, era também um instrumento de política externa e afirmação do Brasil no sistema internacional (Brito, Gonçalves, 2011). O Brasil participou de congressos, fóruns e instituições para a promoção de CSS. A Agência Brasileira de Cooperação (ABC), desde sua criação em 1987 até 2021, realizou cerca de 3.000 projetos de CSS em mais de 108 países, envolvendo mais de 120 instituições brasileiras, públicas e privadas (ABC, 2021). O princípio da cooperação internacional, mencionado na Constituição de 1988, reflete a importância para as relações internacionais do Brasil e seu compromisso com a cooperação e reforça o papel do país na promoção da paz, progresso e integração entre as nações.

Segundo a ABC a Cooperação Técnica — tipo de cooperação que é o mais presente na CSS brasileira, sendo os termos frequentemente utilizados de forma intercalada pela instituição — para o exterior ocorre em diferentes formatos, como acordos bilaterais, trilaterais e com grupos de países, tendo foco no desenvolvimento de habilidades humanas, institucionais e produtivas, sem o investimento direto de grandes quantias de recursos financeiros. Segundo o relatório da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (COBRADI), a cooperação brasileira, coordenada pela ABC, atua em 3 principais arranjos: bilateral Sul-Sul, trilateral com participação de países desenvolvidos ou organizações internacionais e multilateral cooperando com blocos e organizações regionais. Segundo a ABC:

[...] a cooperação técnica é um dos pilares da cooperação internacional. O seu foco é o desenvolvimento de capacidades, entendido como a identificação, mobilização e expansão de conhecimentos e competências disponíveis no país parceiro, com vistas à conquista da autonomia local para o desenho e implementação de soluções endógenas para os desafios do desenvolvimento (Brasil, 2013, p. 12).

A Cooperação Técnica (CT), portanto, tem um papel complexo na cooperação brasileira, sendo ela um aspecto importante que pode ter aplicações tanto na CID quanto na CSS. Ela também pode por vezes ter um papel na inserção brasileira em OIGs, com o Brasil oferecendo experiência ou auxílio na implantação de políticas de CT. Assim, é um aspecto que permeia diversas atuações internacionais brasileiras e tende a ter participação em áreas diversas.

No início do governo Lula, o Sistema Internacional (SI) estava passando por grandes mudanças, com o crescente unilateralismo estadunidense fortalecido após os atentados de 2001, as quais o governo brasileiro, buscando maior equilíbrio internacional e fortalecer sua posição na política internacional, reagiu optando por investir em relações bilaterais e multilaterais (Vigevani, Cepaluni, 2007). Tomou ações como expandir suas redes de relações, participar ativamente de organizações internacionais e blocos, aumentar sua participação no Mercosul e buscando promover cooperação e relações com países do sul global como forma de afirmar o lugar do Brasil no SI. Com isso, garantiu para si uma posição de maior estabilidade. No seu discurso de posse, Lula (2003) afirma:

[...] reafirmamos os laços profundos que nos unem a todo o continente africano e a nossa disposição de contribuir ativamente para que ele desenvolva as suas enormes potencialidades. visamos não só a explorar os benefícios potenciais de um maior intercâmbio econômico e de uma presença maior do Brasil no mercado internacional, mas também a estimular os incipientes elementos de multipolaridade da vida internacional contemporânea (Brasil, 2003)

O governo Lula buscou, então, fortalecer a PEB para a África, havendo atenção especial para Angola e Moçambique, devido esses terem passado por “prolongados conflitos internos”, por meio de ações variadas. Houve a abertura de embaixadas e consulados em vários países africanos. As concessões de linhas de crédito para a Angola e a cooperação técnica foram componentes importantes nesta aproximação (Leite, 2011).

O governo Lula não baseou sua política para África num discurso culturalista⁵, nem se restringiu aos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP),

5 O culturalismo foi derivado da Política Externa Independente de Jânio Quadros, em meados dos anos 60, e perdurou até os anos 90. Na sua busca por diversificação e independência das relações internacionais brasileiras o imaginário de uma identidade cultural e espiritual em comum se tornou uma ferramenta importante na aproximação com o continente africano, facilitando relações políticas e

buscando construir relações horizontais e reconhecer a dívida histórica da escravidão. Outro fator relevante foi o desmembramento do Departamento da África e do Oriente Médio em departamentos separados, que deram atenção exclusiva às suas áreas dentro do Ministério das Relações Exteriores.

No governo de Dilma Rousseff, manteve-se a política de aproximação com a África, embora tenha havido uma diminuição no ritmo e intensidade. Essa redução se deve a diversos fatores internos e internacionais complexos, como a pressão orçamentária causada pela crise financeira de 2008. No governo Rousseff, a diplomacia comercial e a busca por oportunidades de investimento e comércio com países africanos foram traços marcantes, refletindo uma abordagem pragmática brasileira que alinhou mais fortemente sua atuação internacional com seus interesses econômicos. No que tange à Cooperação Técnica Sul-Sul, houve um foco em consolidar os projetos em andamento, com uma retração no início de novas iniciativas.

Visões Críticas à Cooperação

Embora as questões de concessão internacional de crédito e cooperação sejam vistas de forma predominantemente positiva, há teorias que trazem contrapontos, abordando potenciais desvantagens desses em relação aos interesses e os benefícios dos países envolvidos. Uma delas é o Pragmatismo Econômico na escolha de países com os quais se desenvolverá projetos. O Pragmatismo é marcado pela ausência de componentes marcadamente ideológicos na escolha de parceiros econômicos, priorizando aqueles que oferecem maior benefício econômico no curto e médio prazo. Ou seja, não há condições políticas que busquem garantir que a cooperação ocorra de forma realmente horizontal, sendo difícil assegurar que a sua efetividade e benefícios ocorram de forma igualitária para ambas as partes, promovendo interesses mútuos na mesma proporção. Nesse caso, sendo esses o desenvolvimento brasileiro e o daqueles que recebem o seu investimento (Mello; Marinho, 2016).

comerciais, vindo isto então a ser chamado de culturalismo. O discurso culturalista foi marcado pela falsa propagação da ideia de que haveria igualdade racial no Brasil, ao mesmo tempo que o governo brasileiro silenciava vozes de artistas e ativistas negros brasileiros tanto nacionalmente quanto nos eventos que organizava internacionalmente (Saraiva, 1993).

O Pragmatismo Econômico não contradiz em si a CSS ou a CID, já que a desigualdade dos benefícios é uma realidade de qualquer projeto, e o pragmatismo na escolha de parceiros por uma das partes não invalida os benefícios mútuos de projetos de cooperação, já que são escolhas racionais que priorizam os interesses estatais tomadas por ambas as partes. No entanto, é uma abordagem de considerável importância, pois proporciona uma visão menos altruísta e filantrópica da cooperação, em especial da CSS, oferecendo uma perspectiva mais realista sobre as motivações e impactos das iniciativas de cooperação.

Outra perspectiva crítica é a do Subimperialismo, conceito que surgiu da Teoria Marxista da Dependência (TMD), sobre as relações entre os países centrais e periféricos (dependentes) no sistema capitalista. O Subimperialismo é um conceito originado por Ruy Mauro Marini⁶ em uma análise marxista do Sistema Internacional, especialmente em relação a PEB no período da ditadura militar que se seguiu ao golpe de 1964. Esse, busca compreender os limites e contradições inerentes ao desenvolvimento de uma economia na condição de dependência de outras (Mello; Marinho; 2016).

O Subimperialismo parte do conceito de imperialismo, no qual um país exerce controle sobre outro por meio da conquista territorial ou pela exploração econômica e estabelecimento de relações desiguais de poder. O Subimperialismo, por sua vez, se desenvolve dentro do sistema formado pelo imperialismo, resultando em um sistema de relações complexo. Um país Subimperialista seria aquele que, embora explorado economicamente por outro, alcançou certo nível de desenvolvimento capitalista e reproduz a dinâmica imperialista em outro país ou região em desenvolvimento, de forma limitada devido as suas condições de subordinação.

No Subimperialismo, o capital de uma nação dependente, na sua busca por expansão contínua, como forma de compensar uma escassez de mercado interno e na busca de uma mão de obra e insumos mais baratos, toma um papel similar ao dos países centrais imperialistas. Para isso, o capital conta com a influência e atuação do Estado para que se adotem políticas que promovam sua expansão internacional.

⁶ Cientista social brasileiro, conhecido internacionalmente como um dos que elaborou a Teoria da Dependência, base para o entendimento do relacionamento entre os países que se localizam mundo à fora.

Um país Subimperialista tem certa autonomia devido a seu nível intermediário de desenvolvimento capitalista, embora permaneça subordinado economicamente aos países do centro capitalista. Ele busca expandir sua atividade econômica para outros países em desenvolvimento para que estes absorvam seu excesso de oferta e forneçam insumos e mão de obra conforme sua demanda, tendo não só influência econômica, mas também política, porém com potencial capitalista e financeiro menos desenvolvido, recriando a dinâmica de centro-periferia na extração de mais-valia (Prado, 1996; Paulani, 1996).

A tese do Subimperialismo está diretamente vinculada à exportação de produtos, serviços ou capital, e importação de insumos, mais-valia e aquisição de influência política para assegurar a continuidade desta relação. O Subimperialismo, deixa claro que até projetos de CSS ocorrem dentro da estrutura do sistema capitalista, e seguem suas regras econômicas, não sendo uma alternativa ao capitalismo global, mas outra forma de inserção nele. No caso do PEB para a África, o Subimperialismo marcou as relações entre Brasil e países da América Latina e África durante décadas (Luce, 2014), sendo uma perspectiva relevante para o estudo dessas relações no passado mais recente.

O capítulo 3, a seguir, estuda o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a fim de expor o contexto de sua fundação e de seu funcionamento, destacando o papel da concepção de crédito pelo BNDES na Cooperação Sul-Sul e na Política Externa Brasileira em Angola, onde o banco apoiou projetos significativos.

3 O BNDES E SEUS MEIOS DE ATUAÇÃO

Para se realizar uma análise das questões políticas envolvidas na atuação do BNDES, principalmente seu envolvimento com a PEB e CSS, é necessário examinar o funcionamento desse órgão, sua origem e seus procedimentos usuais. Este capítulo fala sobre a história do BNDES e da diversificação de sua atuação, mencionando brevemente sua legislação.

O BNDES foi fundado em 1952, por meio da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU), que reuniu técnicos americanos e brasileiros para formular recomendações que impulsionassem a economia do Brasil (BNDES, 2020). A proposta inicial era de estabelecer uma instituição capaz de ofertar financiamentos, para garantir o crescimento econômico e a industrialização do país, que na época estava num estado de subdesenvolvimento⁷, com escassez de recursos, como de cimento e energia elétrica (BNDES, 2020).

A CMBEU propôs a preparação para o recebimento de recursos estrangeiros e a criação de um órgão que pudesse oferecer um fundo de capital nacional (BNDES, 2020). Foi decidido que a melhor solução seria desenvolver um banco de desenvolvimento nacional, inicialmente chamado de BNDE, ao qual foi posteriormente acrescentado o "S" de Desenvolvimento Social (BNDES, 2020; 2023).⁸ O BNDES foi vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDICS) como um dos principais instrumentos do Governo Federal para financiamento a longo prazo e investimento em diversos segmentos da economia brasileira (BNDES, 2023).

Dentre as funções do BNDES está “[...] promover o desenvolvimento industrial do país, contribuindo para o crescimento econômico por meio da intensificação do comércio exterior, assim como fortalecendo o mercado interno” (Brasil, 2023).

O BNDES é dividido em três entidades, com funções específicas: o próprio BNDES e suas subsidiárias, BNDES Participações S.A. (BNDESPAR), que atua no mercado de capitais; e a Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME),

⁷ Ver nota de número 4

⁸ De acordo com a Agência de Notícias do BNDES “Em 1982, a adição de uma simples letra “S” revelava um amadurecimento institucional, mas também uma exigência da sociedade de incluir preocupações sociais no cerne da estratégia do Banco.” (BNDES, 2023)

dedicada ao fomento da produção e comercialização de máquinas e equipamentos (BNDES, 2020). O BNDES atua em todo o território nacional, com sede principal em Brasília e unidades em São Paulo e Recife (BNDES, 2023).

O BNDES oferece apoio financeiro para empreendedores de todos os portes, assim como em todo o território nacional por meio de agentes financeiros credenciados para repassar créditos (BNDES, 2020). Suas principais atividades incluem apoio financeiro a empreendimentos, estruturação de projetos que necessitam de investimento público e fornecimento de auxílio do governo para estabelecimento de políticas públicas, seja para impulsionar a produção do conhecimento e preparação da população, ou em parcerias com empresas externas (BNDES, 2020). Em sua legislação:

Art. 1º O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), autarquia federal criada pela Lei número 1.628, de 20 de junho de 1952, fica enquadrado, nos termos e para os fins do § 2º do artigo 5º do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, na categoria de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, com a denominação de Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE) e vinculação ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, nos termos do artigo 189 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Art. 2º Os dispositivos legais vigentes ou parcialmente modificados, da Lei nº 1.628, de 20 de junho de 1952, e da Lei nº 2.973, de 26 de novembro de 1956, constituem, no seu conjunto, o Estatuto pelo qual se rege a empresa pública Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE), regulando os fins da empresa e a sua estrutura administrativa, bem como os seus órgãos de direção e de controle [...] Art. 5º A empresa pública Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE) poderá efetuar todas as operações bancárias necessárias à realização do desenvolvimento da economia nacional, nos setores e com as limitações consignadas no seu Orçamento de Investimentos (Brasil, 1971).

Determina-se, então, seu caráter jurídico à parte do Governo Federal, estabelecendo o BNDES como empresa pública autárquica e independente.

Os financiamentos ou empréstimos oferecidos pelo BNDES são de longo prazo, alinhados às operações no mercado de capitais (Brasil, 1971). As condições de apoio aos empreendimentos, incluindo taxas, prazos e tipos de pagamento, são definidas segundo as políticas financeiras do BNDES (BNDES, 2020).

Os financiamentos são concedidos em intermédio pelo órgão, diretamente para a clientela, em conjunto com aqueles que são solicitantes de empréstimos indiretos, utilizando também o Fundo Garantidor de Investimentos (FGI) para disponibilização de concessões financeiras (Brasil, 2023). Para solicitar financiamento, os interessados

devem atender a requisitos específicos, tais como: estar segundo as obrigações fiscais ou jurídicas; apresentação de um cadastro adequado; capacidade de pagamento e garantias suficientes. Aqueles considerados inadimplentes não são elegíveis para financiamento (Brasil 2023).

3.1 Os empréstimos para Angola e o BNDES como auxílio e suporte para a PEB

O processo de desenvolvimento brasileiro é contínuo e enfrenta diversos desafios, sendo então contínua a busca do BNDES para manter a criação e movimentação dos empregos, e fortalecer a capacidade de produção dos projetos que acontecem em território nacional, estimulando o crescimento econômico do país (Brasil, 2020; Brasil, 2023). Durante o primeiro governo Lula(2003-2006), iniciaram-se os projetos de apoio a internacionalização de empresas brasileiras por meio da concessão de crédito a países estrangeiros.

A Cooperação Sul-Sul e a concessão de crédito por meio do BNDES, assim como a diplomacia presidencial, se destacaram nos dois primeiros governos de Luís Inácio Lula da Silva. Dito isso, é necessário compreender os contextos sociopolíticos que moldam as relações entre Brasil e países africanos, abordando esses aspectos em conjunto com os econômicos.

Dentre os investimentos para internacionalização de empresas brasileiras por meio da concessão de crédito a países estrangeiros, destaca-se a Angola como o maior receptor, que, devido aos acontecimentos relatados no capítulo anterior, necessitava de investimentos para explorar eficientemente seus recursos naturais e para o melhoramento de suas infraestruturas em geral.

Angola tem buscado apoio significativo do BNDES na construção de infraestrutura, com contratos firmados pelos dois países entre 2006 e 2014. Os projetos apoiados pelo BNDES incluíram infraestrutura, energia e serviços básicos da saúde, como água e esgoto. O último dos projetos apoiados pelo BNDES foi a Central Hidroelétrica de Laúca, inaugurada em 2017.

Os empréstimos ofertados pelo BNDES foram direcionados especificamente para a contratação de empresas brasileiras, compra de insumos brasileiros e pagamento de

salários de trabalhadores brasileiros, vetando-se o uso para contratação de serviços e insumos de outros países. Para desempenhar as suas ações, o BNDES conta com a estruturação de suas práticas e políticas de governança, empregando processos, por meio da concessão de propostas financeiras (Brasil, 1971; 2020).

Além disso, o BNDES apoiou a expansão de empresas que importavam e exportavam produtos e serviços, sustentando o crédito em momentos de necessidade ou crise e formulando políticas públicas que ampliam a infraestrutura econômica. O banco foi ativo nos encontros internacionais entre brasileiros e angolanos, fornecendo empréstimos para empreendimentos em setores estratégicos em Angola, que ultrapassaram 3 bilhões de dólares em seu total (Menezes, 2011) (BNDES, 2020).

No contexto da cooperação do Brasil para com a África e América Latina, o Brasil também auxiliou na implantação de projetos similares ao Fome Zero e o Bolsa Família, além de participar ativamente de cúpulas, conferências e organizações internacionais envolvendo Angola e outros países africanos (Carrillo *et al.*, 2010).

Embora o continente africano e a Angola ainda necessitem de mais investimentos para sua expansão econômica, os investimentos brasileiros e de outros países por meio da Cooperação Sul-Sul priorizaram o continente africano no cenário internacional. Junto à África, o Brasil desempenhou um papel importante na redução de assimetrias e na garantia de acesso a novos mercados (Milani; Carvalho, 2014).

Joveta José (2015, p. 236), cientista político angolano, oferece uma perspectiva otimista em sua análise das relações entre Brasil e Angola: “a parceria com o Brasil surge como uma possibilidade de uma cooperação horizontal para o desenvolvimento entre os países do Sul, sem as amarras e condicionamentos por vezes existentes nos relacionamentos com as antigas potências coloniais”. Pode-se considerar, porém, que embora tenham um caráter diferente das relações com as grandes potências, a relação com o Brasil pode possuir condicionamentos próprios e, principalmente, está inserida no mesmo sistema capitalista internacional.

Após a posse de Dilma Rousseff, as ideias do governo Lula foram mantidas, e o “Grupo África” foi criado, visando associar investimentos brasileiros a programas de desenvolvimento locais. No segundo ano do mandato de Dilma (2011-2014), mais de 37 contratos com países africanos foram assinados, sendo, porém, apenas 4 desses

contratos com Angola, fortalecendo gradualmente o relacionamento entre o Brasil e a África e o prestígio internacional brasileiro (Milani; Carvalho. 2014).

A fim de proporcionar uma análise aprofundada, no capítulo seguinte faz-se uma análise dos contratos realizados entre Brasil e Angola, tanto no que tange aos valores de crédito concedidos, para onde foram direcionados, quando foram concedidos e quais órgãos e instituições foram envolvidos, quanto no que tange termos e cláusulas recorrentes nos contratos.

4 OS PROJETOS REALIZADOS POR MEIO DA CONCESSÃO DE CRÉDITO E SUA RELAÇÃO COM A PEB PARA ANGOLA

Este capítulo busca estabelecer uma relação entre a PEB e a atuação do BNDES por meio de uma análise das concessões de crédito e suas características. Para isso, é necessário examinar como a atuação do BNDES coincide com a PEB para a África e Angola, no que tange a época e a intensidade, relacionando como coincidem com outros projetos e ações do governo brasileiro, além de declarações e afirmações oficiais.

Neste capítulo, foram examinados dados obtidos de 85 contratos realizados entre Brasil e Angola por meio do BNDES, com enfoque em dados como número de projetos realizados por época e seus respectivos valores, assim como suas áreas de atuação e instituições públicas e privadas envolvidas. Por meio desses dados e de uma recapitulação da PEB para África e Angola entre 2002 e 2014, foram avaliados: o intercâmbio de experiência, característico do aspecto técnico de CSS, em conjunto com as necessidades e prioridades do governo Angolano; a existência ou ausência de correlação entre a PEB e o número ou verba de projetos; e, por fim, a possível correlação da PEB e da concessão de crédito em outras relações comerciais com Angola.

Os contratos realizados com Angola passaram, antes de ser assinados, por Protocolos de Entendimento, documentos que formalizam parcerias internacionais, mas não contêm conteúdo jurídico vinculante, não sendo capazes de gerar obrigações. Estes protocolos estipulavam a elaboração de diversos projetos e seus contratos, formando conjuntos de contratos. Esses protocolos são utilizados neste estudo para distinguir esses conjuntos e simplificar a análise dos contratos. É relevante ressaltar que diversos contratos foram assinados brevemente após seus respectivos protocolos, não havendo dilatações de tempo relevantes.

Dentre os termos dos contratos, é relevante mencionar, além da exclusividade do crédito para compra de bens e serviços brasileiros (Anexo 1, item f, p. 2), sendo vedado seu uso para compras em Angola ou países terceiros (Anexo 1, cláusula 2.2, p. 4), algumas das outras condições as quais a liberação do crédito está condicionada.

Algumas dessas são mais comuns, como a apresentação dos contratos de financiamento e importação (Anexo 1, Cláusula 4.1.2, p. 8) e exigência de não inadimplência e da apresentação da fatura do Interveniente Exportador, mas outras cláusulas recorrentes nos contratos têm um caráter mais específico.

O crédito é fornecido por meio de parcelas, conforme o projeto que consta no acordo comercial com o Interveniente Exportador e seu andamento conforme o planejado, e para assegurar a renovação de suas parcelas, se passa por condições como a exigência de que se assegure exportação de petróleo para o Brasil, dentre outras, como o crédito não ser utilizado para pagamentos de impostos, tarifas e outras taxas, ficando esses sobre o encargo da República da Angola (Anexo, cláusula 10, p. 11). Além disso, o crédito se limita a até apenas 85% do valor dos serviços a serem exportados. Mesmo assim, o montante de 15% restante deve ser gasto, adquirindo bens e serviços que atinjam o limite mínimo de 60% de naturalização brasileira (Anexo 1, cláusula 2.1 e 2.2, p. 4), devendo ser apresentada a comprovação disso para que o crédito seja renovado e a nova parcela emitida (Anexo 1, cláusula 4.1.2, item L e item M, p. 9).

É importante esclarecer também que o BNDES não fica autorizado a atuar em Angola livremente, já que não é necessário para o cumprimento dos contratos de financiamento, sendo sua atuação limitada a esses contratos e ocorrendo por meio de um Interveniente (Anexo 1, cláusula 1, itens F e K, p. 3). Outras condições que chamam a atenção nos contratos são a eleição da legislação brasileira como aplicável aos contratos (cláusula 1.1 item I) e a assegurar a venda de barris de petróleo para o Brasil (Cláusula 4.1.2, item M, p. 9).

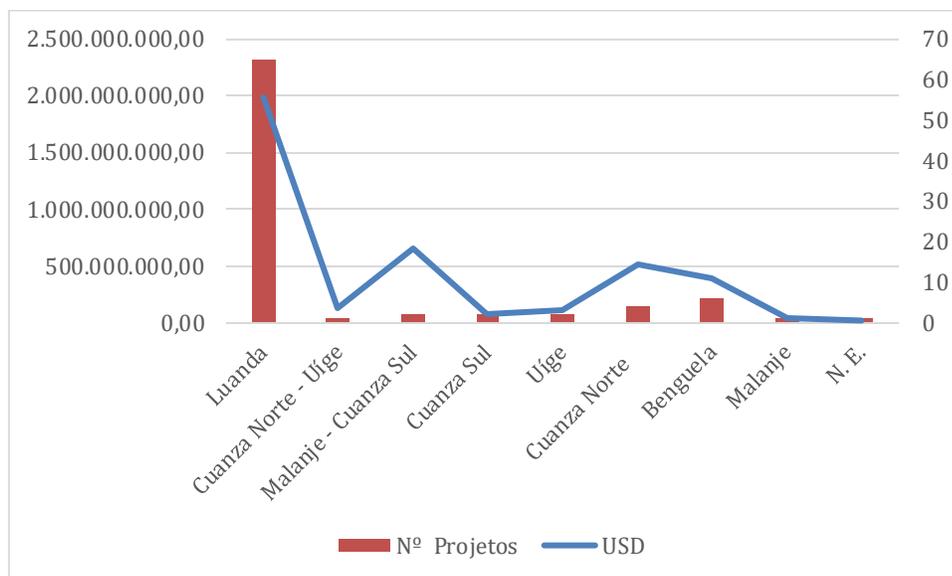
Na parte seguinte deste capítulo, expõem-se dados obtidos a partir dos 85 contratos realizados entre Brasil e Angola, disponibilizados no site do BNDES, buscando-se associá-los à conjuntura em que se deram os contratos.

4.1 Breve análise dos dados obtidos a partir dos contratos

No Gráfico 1, a seguir, tem-se um registro da verba e número de projetos por províncias da Angola, elaborado a fim de estudar a distribuição e concentração dos

projetos realizado com o apoio do BNDES. Nele, assim como em todos os gráficos elaborados para este trabalho, as colunas, encontradas à esquerda, representam o número de projetos e a direita, representado por uma linha, se encontram os valores em dólares americanos (USD).

Gráfico 1 - Número de projetos e montante de verba por província angolana



Fonte: Adaptado dos arquivos de BNDES (2024).

Conforme demonstrado no Gráfico 1, a província mais beneficiada, tanto em relação ao valor do crédito concedido quanto no número de projetos, foi Luanda, província na qual se localiza a capital de Angola, que conta com a maior população dentre as diversas províncias angolanas, cerca de 6,5 milhões de habitantes, recebendo cerca de 1.989 milhões de dólares em crédito, distribuídos em 65 projetos. Foi também a província que apresentou maior diversidade de áreas em que se desenvolveram projetos, havendo desde projetos de construção de moradia, como a Construção do Loteamento Zango, até projetos voltados ao desenvolvimento, como o reforço da capacidade de abastecimento do Polo Industrial de Viana.

As províncias do Cuanza Norte e do Uíge receberam poucos projetos, 4 e 2 respectivamente, além de 1 realizado em conjunto entre as duas províncias, mas o Cuanza Norte recebeu projetos de grande escala, como as fases 1 e 2 da construção da Hidrelétrica de Cambambe, totalizando 524.689.880,2 dólares em crédito recebido

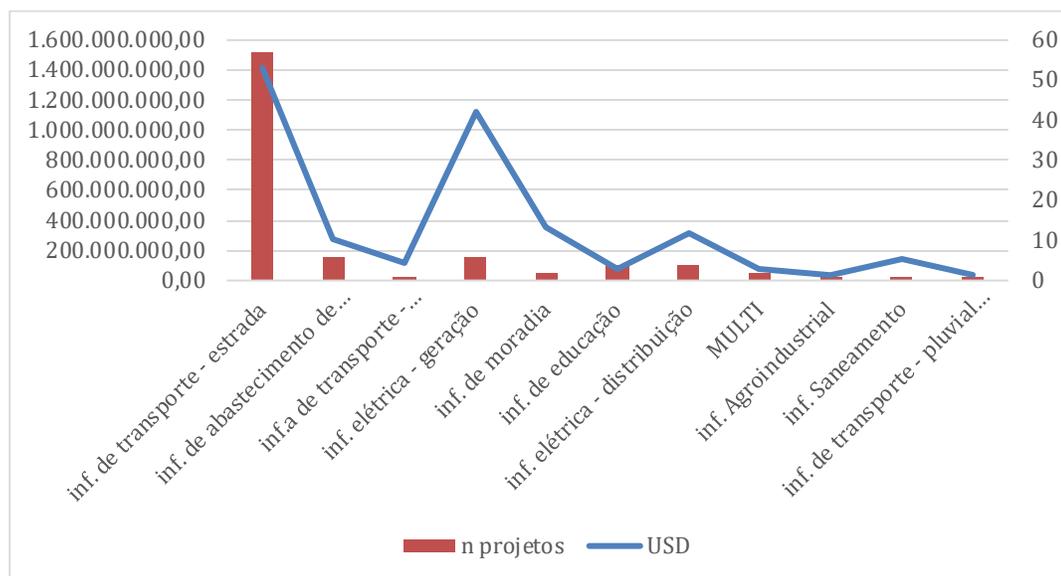
pela província, enquanto Uíge recebeu 118.536.191,9 USD e as duas províncias receberam 134.880.203 USD em conjunto. As províncias de Malanje e Cuanza Sul também tiveram projetos em conjunto: a implantação do aproveitamento elétrico de Laúca, que foi dividido em duas partes e recebeu cerca 646 milhões em crédito e o projeto Capanda, também voltado a geração de energia elétrica, que recebeu cerca de 15 milhões de dólares em crédito. À parte desses projetos, Malanje e Cuanza Sul tiveram, respectivamente 1 e 2 outros projetos, recebendo 35 milhões e 77 milhões.

A província de Benguela também foi uma grande recebedora de crédito, recebendo 395 milhões de dólares, tendo como projetos notáveis a construção do Aeroporto de Benguela, realizado por meio da Empresa Nacional de Exploração de Aeroportos e Navegação Aérea de Angola (ENANA), e o Projeto Águas de Benguela, implantado pelo Ministério de Energia e Água da República de Angola.

Houve também o Programa Formação, Trabalho e Desenvolvimento, cujo local de implantação não foi encontrado ou identificado (sinalizado como N.E. no Gráfico 1) nesta pesquisa, mas que recebeu 22.277.650,26 USD.

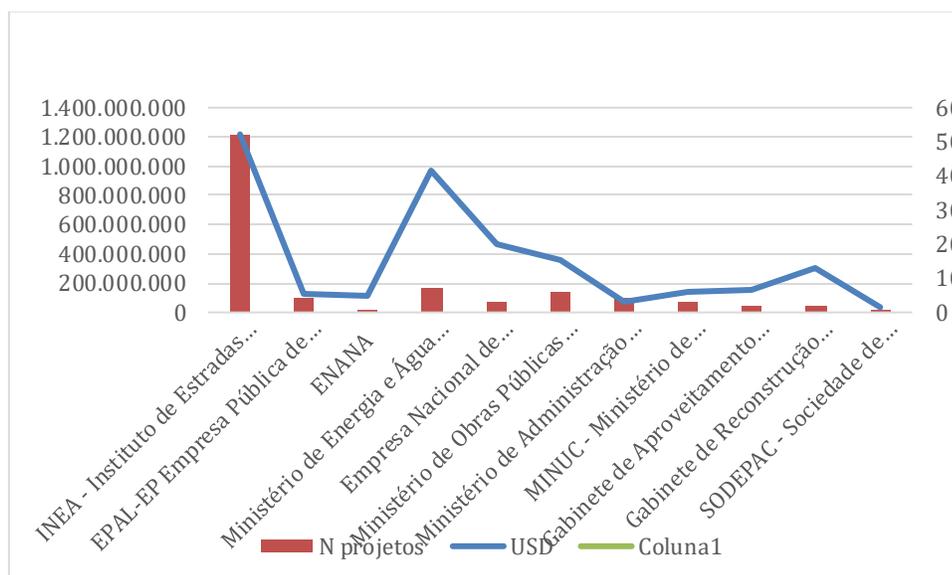
Nos Gráficos 2 e 3, a seguir, são estudadas as áreas de infraestrutura e as instituições angolanas que atuaram como Intervenientes Importadores nos contratos com o BNDES, buscando entender as demandas angolanas por investimento.

Gráfico 2 - Número de projetos e valor de crédito concedido por área infraestrutural



Fonte: Adaptado dos arquivos de BNDES (2024).

Gráfico 3 - Número de projetos e valor de crédito concedido a cada Interventente Importador



Fonte: Adaptado dos arquivos de BNDES (2024).

A área em que mais foram realizados projetos foi a de infraestrutura de transporte, contando com 57 projetos, com as construções de diversas estradas realizadas em sua maioria por meio do Instituto Nacional de Estradas de Angola (INEA), que esteve envolvido em 52 projetos. A segunda área mais privilegiada pelo crédito foi a expansão da infraestrutura de geração de energia elétrica, recebendo 1.126.554.852 dólares, com projetos vinculados ao Ministério de Energia e Água da República de

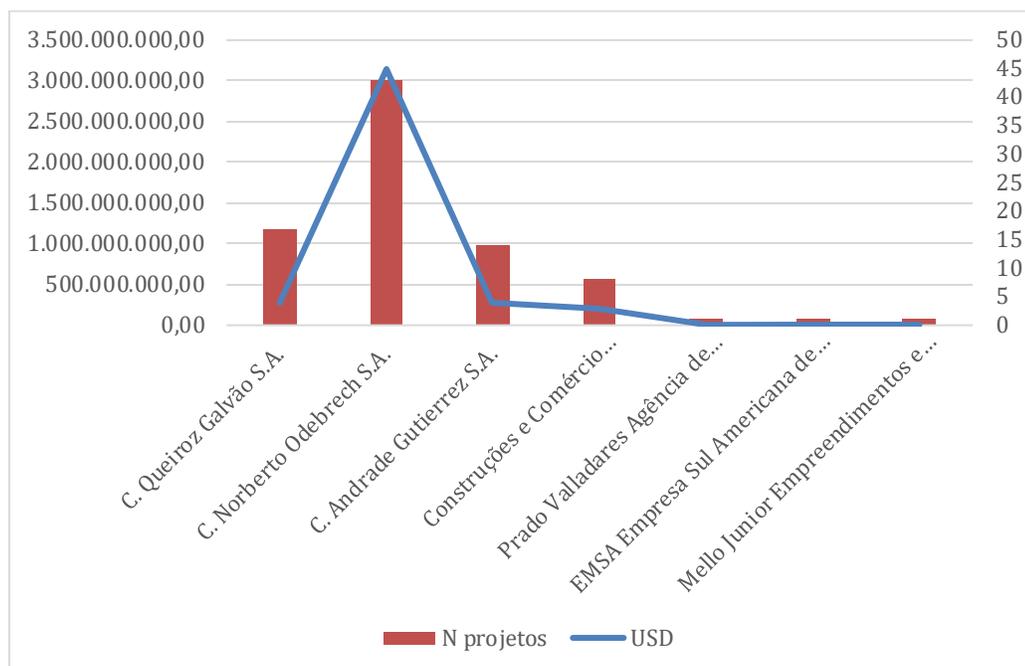
Angola, à Empresa Nacional de Eletricidade de Angola (ENE-EP) e ao Gabinete de Aproveitamento do Médio Kwanza.

A área de infraestrutura de moradia foi a terceira maior receptora de crédito, recebendo 349 milhões de dólares, embora tenha contado com apenas dois projetos, um destes sendo associado ao Ministério de Urbanismo e Construção da República de Angola (MINUC), e outro sendo associado ao Gabinete de Reconstrução Nacional da República de Angola, a qual foi a instituição pública de Angola terceira maior receptora de crédito. A quarta área que mais recebeu crédito foi a infraestrutura de distribuição de energia, contando com 313 milhões em crédito, distribuídos em 4 projetos.

Dentre os Importadores, ou seja, as instituições públicas de Angola que receberam o crédito e foram responsáveis pelos seus projetos, destaca-se o já citado INEA, que recebeu 1,2 bilhão de dólares em crédito e em seguida o Ministério de Energia e Água da República de Angola, que recebeu cerca de 972 milhões de dólares utilizados em 7 diferentes projetos. O terceiro maior importador foi a Empresa Nacional de Eletricidade de Angola, com 464 milhões divididos em 3 projetos, seguido pelo Ministério de Obras Públicas da República de Angola, que recebeu 360 milhões e foi envolvido em 6 projetos.

O Gráfico 4, a seguir, demonstra os Intervenientes Exportadores envolvidos na concessão de crédito do BNDES, ou seja, as empresas brasileiras cuja internacionalização foi apoiada pelo BNDES, os projetos em que estes atuaram e o crédito concedido a eles.

Gráfico 4 - Números de projetos e valor de crédito por Interventor Exportador



Fonte: Adaptado dos arquivos de BNDES (2024).

As empreiteiras que mais atuaram em Angola por meio da concessão de crédito foram as construtoras Norberto Odebrecht S.A., Queiroz Galvão S.A. e Andrade Gutierrez S.A., respectivamente, tanto no que diz respeito ao número de projeto quanto ao crédito utilizado para a obtenção de seus serviços. A Odebrecht esteve envolvida em 43 contratos totalizando um montante de cerca de 3,1 bilhões de dólares direcionados para o caixa da empresa por meio do crédito a Angola, enquanto Queiroz Galvão lidou com 17 contratos e cerca de 286 milhões de dólares, e Gutierrez ficou com 14 projetos e um montante por volta de 276 milhões de dólares.

Essas grandes construtoras, que por muito tempo ocuparam posições de prestígio no Brasil, foram indiciadas na operação anticorrupção “Lava-Jato”⁹ (BNDES, 2020), devido a irregularidades em outros contratos e licitações em que estavam envolvidas. É importante mencionar que no período em que foram realizados os contratos com o BNDES, essas empresas se encontravam em situação de regularidade perante a Justiça, e que, tanto na operação Lava-jato quanto na Comissão Parlamentar

⁹ A investigação chamada de “lava-jato” foi uma das maiores operações realizadas no Brasil, em busca de elucidação sobre a corrupção para com políticos e a economia (BNDES, 2020).

de Inquérito (CPI) do BNDES¹⁰(BNDES,2020), que a sucedeu em 2015, não foram encontradas irregularidades nos contratos internacionais realizados por meio do BNDES, mas isso causou alterações nas suas políticas e a suspensão de diversos contratos:

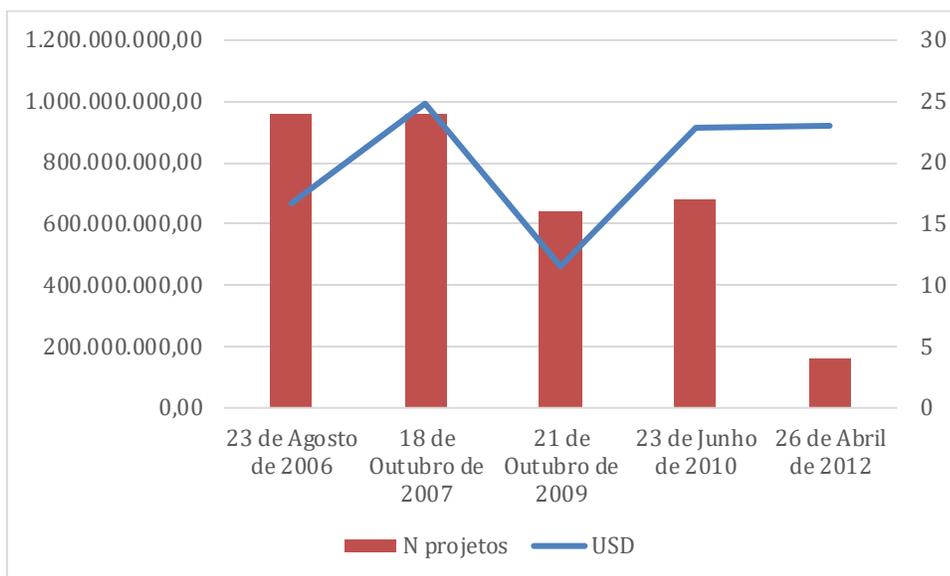
Os desembolsos de empréstimos para exportação de bens e serviços de engenharia já contratados foram suspensos. Além disso, em alinhamento com o Plano de Ação do Tribunal de Contas da União (TCU), o BNDES estabeleceu políticas mais rígidas para os desembolsos futuros. Com essas medidas, US\$ 11 bilhões (valor equivalente hoje a cerca de R\$ 57,5 bilhões), que estavam contratados, não foram liberados (BNDES, s.d.).

Com base na afirmação da instituição sobre as medidas tomadas após as descobertas de irregularidades, pode-se constatar que o BNDES buscou ser mais cauteloso nas suas concessões de crédito e investimento desde então para assegurar sua integridade.

O Gráfico 5, a seguir, trata dos números de contrato e valores concedidos por cada Protocolo de Entendimento, ou seja, por períodos no qual foram firmados contratos, estabelecendo uma linha do tempo do crédito para Angola e de como mudou conforme circunstâncias internas e externas dos países.

10 A CPI do BNDES foi uma comissão criada em 2015, em que foram investigadas algumas irregularidades que aconteceram entre 2003 e 2015, envolvendo o BNDES. Apesar de o resultado não ser prejudicial para a companhia do BNDES, houve um certo resultado em questão de ser enxergado de maneira negativa na mídia (BNDES, 2020).

Gráfico 5 - Número de projetos e verba por Protocolo



Fonte: Adaptado dos arquivos de BNDES (2024).

O ano de 2006 marca o início dos projetos de concessão de crédito a Angola por meio do BNDES, com 668,6 milhões de dólares divididos em 24 projetos. O Governo de Luís Inácio Lula da Silva, no Brasil, foi marcado desde seu início pela diplomacia presidencial, realizando sua primeira viagem à África em 2003, passando por 7 países, incluindo Angola. Suas viagens eram, com frequência, acompanhadas por comitivas de empresários que buscavam investir em países africanos e, conforme Oliveira e Mallmann (2020), foi nesse contexto que o BNDES surgiu como instrumento para essa internacionalização, identificando uma demanda de mediação entre as empresas brasileiras e instituições africanas. O crescimento do comércio entre Brasil e países africanos que já emergia foi propício para a atuação do BNDES (Carrillo *et al.*, 2010).

Em 2007, houve um aumento de quase cinquenta por cento no crédito concedido à Angola, que foi de 992,9 milhões de dólares, o maior valor dentre todos os protocolos, havendo também 24 projetos. O cenário de crescimento interno pelo qual passava o Brasil, marcado por significativa estabilidade econômica em comparação com outras épocas e aumento das importações e exportações, possibilitou maiores recursos para investimentos. A presença e prestígio crescente do Brasil e sua difusão de “tecnologias sociais inovadoras”, com programas sociais como Fome Zero e Bolsa Família, somados

ao seu crescimento econômico, levaram a uma demanda para cooperação em diversas áreas (Carrillo *et al.*, 2010), a qual pode ter influenciado o aumento no valor do crédito oferecido pelo Brasil.

Em 2009, foi concedido o menor montante de crédito, cerca de 461 milhões de dólares, divididos por 16 projetos. Marcantemente, 13 desses projetos foram continuações e segundas fases de projetos previamente iniciados e apenas 3 foram projetos iniciados neste ano. Tendo em vista a previamente citada relação entre estabilidade e investimento, é compreensível a retração na concessão de crédito no período que seguiu a crise financeira de 2008, não sendo realizado um protocolo nesse ano e explicando o menor valor do crédito em 2009. Também houve uma mudança na abordagem para a manutenção do crescimento econômico mesmo durante a crise, com a formulação da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP). No que se refere à atuação internacional do BNDES, a PDP promovia a preferência por contratos de longo prazo e a escolha de um pequeno número de empresas com grande capacidade de atuar internacionalmente. Segundo Carrillo *et al.* (2010), as orientações da PDP levaram a medidas que fortaleceram as relações entre Brasil e diversos países africanos.

É importante considerar também a significativa instabilidade dos preços do barril de petróleo nos anos de 2008 e 2009, que, como apontado na análise dos termos dos contratos, serviram como garantia para a concessão de crédito a Angola, sendo um possível fator que influenciou a redução dos valores concedidos em crédito¹¹. A redução do preço do petróleo, além como de outros insumos, também impactou o Brasil, exigindo diversas medidas para a sua estabilização, as quais foram rapidamente tomadas.¹²

11 Conforme dados do Investing.com, os preços do petróleo passaram por grandes variações nesse período. Em outubro de 2007, o barril estava cotado a 90,63 dólares americanos, alcançando um pico de 127,78 dólares em maio do ano seguinte e em sequência sofrendo uma queda substancial, atingindo 45,59 dólares em dezembro de 2008. No entanto, em setembro de 2009, o preço estabilizou-se por volta de 69,07 dólares, sofrendo variações menos agressivas em diante.

12 Segundo o Relatório e Parecer Prévio sobre as Contas do Governo da República de 2009, foram tomadas diversas medidas fiscais e cambiais, havendo a concessão de crédito para estimular a economia e redução de tarifas como o IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) e outros tributos, além de medidas de estímulo à exportação e concessão de crédito a exportadores para conter a crise financeira e a evasão do capital estrangeiro.

No ano de 2010, foram concedidos cerca de 917 milhões em crédito, distribuídos por 17 projetos. Dentre esses projetos, 11 compreendiam segundas e subseqüentes fases de projetos anteriores, enquanto seis foram iniciados nesse ano, seguindo com a atuação do BNDES guiadas pelas PDPs, com as continuações de projetos, sendo evidentes do perfil de longo prazo que foi preferido a época. O retorno dos valores de crédito a um montante similar ao anterior à crise indica uma certa reestabilização econômica brasileira.

O ano de 2012 foi marcado pelo menor número de projetos aos quais foram concedidos créditos, sendo esses apenas 4. Porém, foram grandes projetos, como a Implantação do Aproveitamento Elétrico de Laúca, que foi dividido em 2 partes, e o montante de crédito foi significativo, sendo cerca de 919 milhões de dólares. Nesse ano, todos os projetos foram direcionados à geração de eletricidade e hidrelétricas. Foi o primeiro e único protocolo de concessão de crédito a Angola assinado no governo de Dilma Rousseff, que quanto a sua PEB para África, expressava vontade de manter continuidade das políticas e projetos do governo anterior, mas passava por uma conjuntura interna e internacional consideravelmente diferente. Nas palavras de um de seus Ministros das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota (2023, p. 19), a continuação não é repetição:

Em primeiro lugar, ficou claro [...] que a presidente eleita possuía uma visão pessoal e específica das relações internacionais, refletindo, entre outros, o fato de ser a primeira mulher a presidir o Brasil, sua luta pessoal pela democracia (vítima de tortura), sua experiência acadêmica e profissional (centrada em temas econômicos e de energia), suas leituras ecumênicas (tratando-se de leitora voraz), observados os mesmos valores humanistas da gestão anterior [...]. Em segundo lugar, continuar não era repetir porque o Brasil de 2011 não era o Brasil de 2003 ou 2007, quando tiveram início os dois governos que a precederam. Tampouco o cenário internacional era o mesmo – já que as circunstâncias internacionais são cambiantes por definição.

Fica evidente, então, que havia não só a necessidade de uma nova abordagem, como uma nova perspectiva inerente ao novo governo. A concentração em poucos, porém grandes projetos, evidencia uma significativa mudança, alegando Oliveira e Mallmann (2020) que a capacidade burocrática e financeira brasileira havia sido sobrecarregada com os numerosos projetos anteriores (não só os do BNDES, mas também do Ministério das Relações Exteriores e da ABC), levando a uma dificuldade

da avaliação dos custos e benefícios no governo Dilma, na qual um menor número de projetos teria vantagens quanto a organização, planejamento e estruturação.

Encerram-se, então, os contratos realizados entre Brasil e Angola por meio do BNDES, assim como os de outros países africanos e países da América Latina. Pode-se especular que esse encerramento se deu devido a um conjunto de circunstâncias internas e externas ao Brasil. Os abalos econômicos tardios da crise de 2008 tiveram um grande impacto político no Brasil, nas pressões orçamentárias e burocráticas, nas mudanças dos círculos eleitorais e na estabilidade política. A instabilidade política no governo Dilma levou a grandes protestos a partir de 2013, e eclodiu em seu impeachment em 2016 (Silva, 2023).

A seguir, nas considerações finais, se realiza uma reflexão sobre como esses projetos de concessão de crédito e investimentos se encaixam em relação a PEB e a CSS, e sobre a necessidade de um posicionamento mais claro do governo brasileiro quanto à natureza e papel desses projetos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, conseguiu-se fazer um extenso levantamento sobre a atuação do BNDES na Angola, abordando as áreas que em atuou, as regiões geográficas, as quais foram dadas prioridade e como essas mudaram com o passar dos anos. Com isso, buscou-se iluminar um recente capítulo das relações entre Brasil e Angola, trazendo dados sobre um importante e extenso projeto em comum.

Os laços entre Brasil e Angola, que datam desde a época colonial, assumem, após a redemocratização brasileira e o fim das guerras civis angolanas, um suposto novo caráter, com maior igualdade e horizontalidade. A aproximação brasileira no século 21, de forma geral, foi marcada não só por suas prioridades econômicas, mas também por princípios como dever moral, solidariedade e não-exclusão (José, 2015). Em vista disso, a internacionalização de empresas brasileiras em Angola por meio de um órgão público brasileiro, o BNDES, toma uma certa importância e, em contraste com sua relevância, encontra-se um campo que urge ser estudado, a fim não só de uma melhor compreensão da história recente das relações entre os dois países, mas também da formação de um alicerce para futuras parcerias. Espera-se, portanto, que esta pesquisa e as informações obtidas possam oferecer um ponto inicial no estudo deste capítulo recente da história e também desta modalidade de atuação internacional.

A problemática do Subimperialismo, que possui considerável importância no estudo de relações brasileiras com países da África, se vê presente de certa forma nesta atuação. Há características em comum, como busca por expansão de mercado para a exportação de serviços brasileiros com auxílio do Estado e a garantia da importação de insumos, não necessariamente se encaixa em todos. A importação de petróleo para o Brasil, por exemplo, embora seja relevante, não se encaixa como prioridade, mas sim como uma garantia, tendo quantias moderadas, tanto no que diz respeito a produção angolana e ao consumo brasileiro, divergindo de ambições subimperialistas.

A democratização brasileira, o fim da guerra civil angolana e as diversas mudanças no cenário internacional também contribuíram para uma mudança na relação entre os dois países, com a abertura de um maior leque de opções para ambos,

comparado ao cenário que se teve nos anos 70-90, mas ainda num cenário com diferenças na inserção internacional e no desenvolvimento econômico de ambos. Um fator importante que diferencia a atuação do BNDES de atuações características do modelo Subimperialista é que não há uma busca por estabelecer relações desiguais de poder e ditar prioridades econômicas e produtivas. Não houve o objetivo do BNDES se inserir diretamente em Angola e conceder crédito de forma independente dentro do território, mas sim atuando em parceria com o governo angolano e instituições governamentais angolanas, atendendo suas demandas.

Porém, deve se considerar que a atuação do BNDES em Angola se deu num contexto em que o país se encontrava num processo de estabilização política e buscava inicialmente não só fomentar seu crescimento, mas fortalecer sua infraestrutura básica, que havia sido afetada pelas prolongadas guerras civis. Dado isto havia uma forte demanda angolana por investimentos e crédito ao mesmo tempo que investir no país poderia ser considerado um investimento com certo nível de risco. Neste contexto, o fornecimento de crédito pelo Brasil por meio do BNDES se apresentou como uma oportunidade favorável, apesar das condições rígidas envolvidas. Pode se considerar que, mesmo o Brasil não havendo buscado estabelecer relações desiguais de poder por meio desta atuação, havia uma desigualdade preestabelecida que pode ter sido um fator para que Angola aceitasse contratos com condições rígidas e crédito restrito a empresas brasileiras.

O Pragmatismo, característica marcante das relações internacionais brasileiras principalmente no período da ditadura militar, concomitante com o Subimperialismo, embora possa ter tido um papel relevante nas tomadas de decisões a respeito da internacionalização apoiada pelo BNDES, não foi o motivador inicial para os projetos. Esses têm surgimento num contexto de interações internacionais e demandas mútuas dos grupos envolvidos (Angola e outros países africanos, empresas brasileiras e Governo Federal brasileiro) e não de uma estratégia unilateralmente decidida. Também pode-se considerar que, embora esses projetos não tenham uma motivação ideológica, característica comum do pragmatismo, eles são fortemente correlacionados à diplomacia presidencial que marca os governos do Partido dos Trabalhadores, em

especial o do presidente Lula, e de sua decisão de buscar maior aproximação com países do sul global.

A internacionalização de empresas brasileiras por meio da concessão de crédito tem características pragmáticas, sendo pensada a fim de garantir e proteger os interesses econômicos brasileiros, contando com garantias e salvaguardas para lidar com inadimplência e termos que garantem uma margem de lucro e uma aproximação comercial com Angola e outros países, mas não é um projeto puramente pragmático.

Considerando a importância da relação entre a PEB, a cooperação e a internacionalização de empresas, buscou-se uma abordagem para compreender o papel do BNDES nas decisões tomadas nesse contexto, apesar das limitações encontradas. A atuação internacional do BNDES, embora não tenha diretrizes próprias, coincide temporal e geograficamente com as mudanças promovidas na PEB pelas gestões do Partido dos Trabalhadores, e surge num contexto proximamente relacionado as estas mudanças e a diplomacia presidencial. Essa atuação busca promover o desenvolvimento brasileiro por meios internacionais, seguindo os interesses, objetivos e valores que guiam a PEB, lhe faltando apenas uma política e estratégia explícitas orientadas pelo Estado brasileiro para que pudesse ser caracterizada como tal.

Com base nas análises realizadas sobre PEB para África pelos autores utilizados nesta pesquisa e as variações em verbas e números de projetos compiladas, pode-se perceber como as circunstâncias internacionais e o contexto doméstico brasileiro que influenciaram a política externa do país também coincidiram com a expansão ou refração da atuação do BNDES, indicando que essa sofreu influências similares.

Quanto à CSS, a atuação do BNDES em Angola, embora possa ser considerada uma forma de cooperação e ocorra entre dois países do Sul Global, não se encaixa em CSS, especialmente de acordo com a definição brasileira, que não aceita reembolsos. Embora as definições de organizações relacionadas à ONU abram espaço para empréstimos como forma de CSS, o investimento de grandes quantias de recursos financeiros não é característico da CSS brasileira, havendo uma preferência pela colaboração técnica. O caráter de não condicionalidade, princípio da CSS brasileira pelo que define a ABC, não é compatível com o que foi realizado pelo BNDES, já que

além da concessão de crédito funcionar como um empréstimo, as rígidas condições e cláusulas, como, por exemplo, quotas mínimas de exportação para o Brasil e o requerimento da compra de serviços e materiais brasileiros, são condicionalidades.

A atuação internacional do BNDES tem características em comum com a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, que conta com uma definição mais ampla e que historicamente utiliza de empréstimos e ferramentas financeiras similares. A colaboração voluntária entre Brasil e Angola para a obtenção de objetivos em comum, utilizando de recursos financeiros, buscando investir na infraestrutura física de Angola e contando com condicionalidades se encaixa em diversos aspectos da CID.

As obras financiadas pela atuação internacional do BNDES tiveram caráter estrutural e estruturante, contribuindo para a reconstrução e desenvolvimento angolanos, fator em comum entre a Cooperação para o Desenvolvimento e a Cooperação Técnica, e em certos momentos coincidiram com programas de profissionalização realizados em Angola por meio de parcerias de CSS com a ABC e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), como na construção de três centros de formação tecnológica na província de Luanda realizada por meio da concessão de crédito do BNDES. Embora não se encaixe na CSS, forma de cooperação preferida pelo Brasil, a concessão de crédito pode ser harmônica e trabalhar em conjunto com ela, abrindo um grande leque de possibilidades para o futuro.

No processo de elaboração deste trabalho, houve dificuldades de encontrar declarações oficiais, legislação ou outros documentos que tipifiquem a relação estabelecida por esses contratos. A internacionalização pela concessão de crédito foi um processo inovador e de caráter singular, mas a ausência de informações claras sobre esse processo reduz sua transparência. Mesmo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, instituição pública vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento, admite a dificuldade em obter informações sobre a atuação do BNDES na África e a necessidade de se estabelecerem políticas para essa forma de atuação do BNDES. (IPEA, 2010).

Em contraste com iniciativas internacionais tomadas por outras instituições, como a ABC, que conta com extensos relatórios disponíveis ao público¹³, a atuação internacional do BNDES, em especial a internacionalização de empresas que ocorreu não só em Angola mas em diversos outros países africanos e também países da América Latina, lidando com valores bilionários, não contou com relatórios próprios e foi mencionada apenas em passagem nos diversos relatórios do BNDES divulgados entre 2005 e 2012, em poucas frases superficiais.

A indisponibilidade de informação e de políticas definidas sobre essa atuação traz não apenas empecilhos para a pesquisa, mas compromete a transparência e prestação de contas desses projetos, tanto nacional quanto internacionalmente. Com a possibilidade de projetos desse tipo serem retomados pelo atual governo de Lula, políticas claras sobre o tema podem ter um papel importante na adesão de países parceiros, oferecendo melhor perspectiva para o longo prazo e contribuindo para a construção de uma imagem internacional do Brasil como um parceiro de negócios confiáveis e seguros. No âmbito nacional, uma melhor definição ofereceria maior transparência e demonstraria compromisso com a responsabilidade fiscal envolvida em projetos dessa escala.

Escolheu-se focar em Angola, não apenas para estabelecer uma delimitação condizente com um trabalho de conclusão de curso, mas também pela importância do estudo de países africanos e de suas relações de forma que não os trate como um monólito, mas individualmente e com atenção às suas especificidades, o que se procurou neste trabalho. Buscou-se considerar o contexto histórico de Angola e sua relação com o Brasil, a fim de compreender sua necessidade de investimento em infraestrutura e sua escolha em realizar negócios com o Brasil.

As demandas angolanas buscam não só acomodar uma população crescente, mas também uma indústria crescente, havendo obras diretamente voltadas para o fomento da produção e melhoria da estrutura industrial e agroindustrial. As duas maiores demandas angolanas foram infraestrutura do sistema rodoviário e produção e distribuição de energia, fatores importantes tanto para a população geral quanto para a

13 Vide BRASIL. **Publicações Institucionais ABC**. n.d. (On-line). Disponível em: <https://www.gov.br/abc/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes>. Acesso em: 10 set. 2024.

indústria, assim como abastecimento de água e saneamento, que juntos tiveram verba de cerca de 425 milhões de dólares. Infraestrutura de moradia, com a criação de novos loteamentos próximos aos centros urbanos e de produção, também foi uma grande demanda que se relaciona além do aumento da populacional à urbanização e industrialização crescentes em Angola.

Angola, dentre os países que buscaram o apoio e crédito do Brasil, foi excelente pagadora, não havendo nenhuma das 3.273 parcelas de crédito dos 85 projetos sido atrasada ou indenizada, se mostrando uma parceira internacional confiável, além de demonstrar grande potencial de crescimento.

Em conjunto com diversas outras ações de política externa e cooperação do Brasil, a atuação contribuiu para uma aproximação maior com Angola, país com o qual o Brasil tem laços antigos, passando pela época colonial ao reconhecimento da independência da nação, dando início a uma nova era de relações entre Brasil e Angola, ambos em novos contextos internos e internacionais, com novas características, mas mantendo e intensificando sua antiga parceria.

Esse modelo de atuação proporcionou às empresas brasileiras uma maior presença na Angola, com a Odebrecht se tornando em certo período umas das maiores empresas estrangeiras na Angola, além de facilitar a atualização da infraestrutura angolana.

Com um novo governo Lula, eleito em 2022 e com início em 2023, ressurgiu a possibilidade de serem tomadas iniciativas similares com apoio do BNDES, havendo o presidente proposto um projeto de financiamento de obras no exterior, atualmente em debate no Congresso. A internacionalização de empresas por meio da concessão de crédito a Angola e a outros países por meio do BNDES foi um projeto inovador, mas no futuro, se torna necessária uma maior clareza, transparência e planejamento a longo prazo.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. Angola Disponível em: <https://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Angola>. Acesso em: 10 set. 2024.

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. A Cooperação Técnica do Brasil para a África. Brasília. 2010 (On-line). Disponível em: https://www.abc.gov.br/content/abc/docs/catalogoabcafrica2010_p.pdf. Acesso em: 19 out. 2023.

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. Cooperação do Brasil para o Exterior (cooperação Sul-Sul – CSS). Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/abc/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/cooperacao-do-brasil-para-o-exterior/cooperacao-do-brasil-para-o-exterior-cooperacao-sul-sul-css>

ALMEIDA FILHO, J. C. P. **Dimensões comunicativas no ensino de línguas**. Campinas: Pontes, v.1, 2009.

ARQUIVO HISTÓRICO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA PORTUGUESA. **Revisão da Lei Orgânica do Ultramar**. 1962 (On-line). Disponível em: <https://www.arquivo.presidencia.pt/details?id=26599>. Acesso em: 16 ago. 2024.

BADIN, M.; MOROSINI, F. **The Brazilian Approach to its South-South Trade and Investment Relations: The Case of Angola**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2014.

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Apoio à exportação de serviços de engenharia**. 2020 (On-line). Disponível em: https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/consulta-operacoes-bndes/contratos-exportacao-bens-servicos-engenharia?fbclid=IwAR2WFxHK8vVF9FPZdl8V8eqGgeWo7mBIMgNQJltFhKHxlyri2plZms_LVpl. Acesso em: 5 fev. 2024.

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **BNDES e bancos africanos de desenvolvimento assinam Memorandos de Entendimento**. 2012 (On-line). Disponível em: https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/20120621_mou. Acesso em: 1 fev. 2024.

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Estatuto do BNDES**. 2020. Disponível em: https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos/governanca-control/Legislacao_do_Sistema_BNDES/estatuto-do-bndes. Acesso em: 5 fev. 2024.

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **O BNDES e a JBS**. 2020 (On-line). Disponível em:

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/bndes-aberto/jbs>. Acesso em: 2 fev. 2024.

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **O BNDES e a Lava-jato**. 2020 (On-line). Disponível em: <https://aberto.bndes.gov.br/aberto/caso/lava-jato/>. Acesso em: 2 fev. 2024.

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **O BNDES e a Odebrecht**. 2023 (On-line). Disponível em: <https://aberto.bndes.gov.br/aberto/caso/odebrecht/>. Acesso em: 2 fev. 2024.

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **O BNDES e as exportações de serviços**. 2020 (On-line). Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/bndes-aberto/exportacoes>. Acesso em: 2 fev. 2024.

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Quem pode ser cliente: institucional**. 2023 (On-line). Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/guia/quem-pode-ser-cliente>. Acesso em: 2 fev. 2024.

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO E SOCIAL. **O BNDES e a Lava Jato**. n.d. (On-line). Disponível em: <https://aberto.bndes.gov.br/aberto/caso/lava-jato/>. Acesso em: 3 fev. 2024.

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Um breve olhar sobre a história do BNDES**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.bndes.gov.br/blogdodesenvolvimento/detalhe/Um-breve-olhar-sobre-a-historia-do-BNDES/>

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 2 fev. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 11.427, 2023**. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11427.htm. Acesso em 05/02/2024.

BRASIL. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015**. Código de Processo Civil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em: 3 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 5.662, de 21 de junho de 1971**. Enquadra o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE) na categoria de empresa pública, e dá outras

providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5662.htm. Acesso em: 3 fev. 2024.

BRASIL. **Lula**: BNDES voltará a ser motivo de orgulho do povo brasileiro. 2023 (On-line). Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/02/lula-bndes-voltara-a-ser-motivo-de-orgulho-do-povo-brasileiro>. Acesso em: 24 jun. 2024.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Cooperação do Brasil para o Exterior (cooperação Sul-Sul - CSS)**. n.d. (On-line). Disponível em: <https://www.gov.br/abc/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/cooperacao-do-brasil-para-o-externo/cooperacao-do-brasil-para-o-externo-cooperacao-sul-sul-css> . Acesso em: 24 jun. 2024.

BRASIL. **O BNDES e a Odebrecht**. 2020 (On-line). Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/bndes-aberto/odebrecht>. Acesso em: 3 fev. 2024.

BRASIL. **Organograma**. 2023 (On-line). Disponível em: <https://www.gov.br/mdic/pt-br/composicao/organograma>. Acesso em: 3 fev. 2024..

BRASIL. **Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão solene de posse no Congresso Nacional Brasília – DF, 1 de janeiro de 2003**. Brasília, DF: Presidência da República, 2003.

BRASIL. **Publicações Institucionais ABC**. n.d. (On-line). Disponível em: <https://www.gov.br/abc/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes>. Acesso em: 10 set. 2024.

BRASIL. **Publicações Institucionais ABC**. n.d. (On-line). Disponível em: <https://www.gov.br/abc/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes>. Acesso em: 10 set. 2024.

BRITO, L.; GONÇALVES, F. A Cooperação Sul-Sul na agenda diplomática brasileira: explorando suas dimensões técnica e científica e tecnológica. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: http://www.abri.org.br/anais/3_Encontro_Nacional_ABRI/Politica_Externa/PE%2018_La%20na%20Bauab%20e%20Fernanda%20Gon+%BAalves%20A%20COOPERA+%E7+%E2O%20SUL-SUL%20NA%20AGENDA%20DIPLOM+%FCTICA%20BRASILEIRA%20EXPLO.pdf. Acesso em: 19 out. 2023.

CARRILLO, S. *et al.* **Ponte Sobre O Atlântico**: Brasil e África Subsaariana – Parceria Sul-Sul para o Crescimento. Brasília, 2010. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3094/1/Livro_Ponte%20sobre%20o%20Atl%20c3%a2ntico%20Brasil%20e%20c3%81frica%20Subsaariana_parceria%20Sul-Sul%20para%20o%20crescimento.pdf. Acesso em: 19 out. 2023.

CISSÉ, M.; ALVES, J. A. A. O legado dos pan-africanismos na união africana: breves reflexões sobre desafios e perspectivas para os estados africanos. **AbeÁfrica: Revista da Associação Brasileira de Estudos Africanos**, [S.l.], v. 5, n. 5, abr. 2021.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. BNDES vai priorizar projetos de exportadoras brasileiras que atuam na África. **Agência da CNI de notícias**, 2013.

Disponível em:

https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/internacionalizacao/bndes-vai-priorizar-projetos-de-exportadoras-brasileiras-que-atuam-na-africa/?edit_off. Acesso em: 19 out. 2023.

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO (CID) – Ocid.

Disponível em: <https://ocid.ibict.br/sobre/>. Acesso em: 19 out. 2023.

CORRÊA, G. T. R.; ROGOVSCHI, H. J. A instrumentalização do BNDES no governo Lula: Autonomia e desenvolvimento no Estado logístico brasileiro. **Revista Discente de Ciência Política**, [S.l.], v. 1, n. 2, p. 71–98, 15 mar. 2023.

EMBAIXADA DE ANGOLA NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA **O País – Embassy of Angola**. n.d. (On-line). Disponível em: <https://angola.org/o-pais/>. Acesso em: 19 out. 2023.

FERREIRA, W. A Política Externa dos Governos FHC e Lula: Uma análise comparada.

Rio de Janeiro: UERJ, 2015. Disponível em

<https://www.bdt.d.uerj.br:8443/bitstream/1/15517/1/tese%20Walace%20Ferreira.pdf>.

Acesso em: 19 out. 2023.

FERREIRA, W. FHC e Lula na África sob as perspectivas diplomática e econômica.

Universitas Relações Internacionais, Brasília, v. 14, n. 1, p. 1-13, jan./jun. 2016.

FISCHER, J. M. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o financiamento para a internacionalização de empresas brasileiras (2005-2010).

Florianópolis: UFSC, 2016.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. **Agência Brasileira de**

Cooperação. Diretrizes para Iniciativas de Cooperação Sul-Sul Trilateral. Brasília, DF:

Unicef, 2023. Disponível em:

https://www.unicef.org/brazil/media/24381/file/Diretrizes_para_Iniciativas_de_Cooperacao_Sul-Sul_Trilateral.pdf. Acesso em: 19 out. 2023.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. **Cooperação Sul-Sul**. 2023 (On-line). Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/cooperacao-sul-sul>. Acesso em: 2 fev. 2024.

GARCIA, A. S. BNDES e a expansão internacional de empresas com sede no Brasil.

Autoria Cidadã, [S.l.], 2011. Disponível em: <https://www.auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2013/10/bndes-e-a-expansao-internacional-de-empresas-com-sede-no-brasil.pdf>.

Acesso em: 21 dez. 2023.

GARCIA, A; BORBA, M, BOND, P. Western Imperialism and the Role of Sub-imperialism in the Global South. **Committee for the Abolition of Illegitimate Debt**. [S.I.], 2022.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. Métodos de Pesquisa. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/52806>

GIL, A. C. Como elaborar Projetos de Pesquisa. Editora Atlas, São Paulo, 2002.

GOES, F. L. **O banco é branco, o dinheiro é negro: geopolítica brasileira do financiamento do BNDES a Odebrecht em Angola**. 2023 (On-line). Disponível em: https://explore.openaire.eu/search/publication?articleId=od_____3056::ebd9b903933c7fa3fe07463326eb0997. Acesso em: 9 dez. 2023.

GOMES, A. A. *et al.* A importância do BNDES nas políticas regionais. **OPEB**, 2022. Disponível em: <https://opeb.org/2022/10/04/a-importancia-do-bndes-nas-politicas-regionais/>. Acesso em: 19 out. 2022.

GONÇALVES, J. A Economia de Angola: da Independência à Crise Mundial de 2008. **Revista Tempo do Mundo**, [S.I.], dez. 2010. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6202/1/RTM_v2_n3_Economia.pdf. Acesso em: 19 out. 2023.

GRAZIANO, V. T.; CAIXETA, M. B. Cooperação Sul-Sul no Mercosul. **Brazilian Journal of International Relations**, [S.I.], v. 10, n. 1, p. 161–194, 29 out. 2021.

GUIMARÃES, S. F. *et al.* A internacionalização do BNDES. **Revista do BNDES**, [S.I.], v. 42, 2014.

HENRIQUES, L. Angola no 149º lugar no ranking do desenvolvimento sustentável. **RFI**, [S.I.], 2019. Disponível em: <https://www.rfi.fr/pt/angola/20190912-angola-no-149-lugar-no-ranking-do-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 14 dez. 2023.

HURRELL, A. Hegemony, liberalism and global order: what space for would-be great powers? 2006 (On-line). Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1468-2346.2006.00512.x>. Acesso em: 19 out. 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA. **Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional 2005-2009**. Brasília, DF: Ipea, 2009.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional**. 2010 (On-line). Disponível em: https://sig-arq.ufpb.br/arquivos/202300805949925220739a2e76aa93abf/Cooperacao_brasileira_para_o_desenvolvimento_internacional-2010.pdf. Acesso em: 19 out. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA DA REPÚBLICA DE ANGOLA. **Resultados Preliminares**: recenseamento geral da população e habitação. 2014 (On-line). Disponível em: <https://unstats.un.org/unsd/demographic-social/census/documents/Angola/Angola%202014%20Census.pdf>. Acesso em: 19 out. 2023.

JANNUZZI, P. M. **Indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas**. Belo Horizonte: UFMG, 2020. Disponível em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2012.pdf>. Acesso em: 9 out. 2023.

JOSÉ, J. **Angola**: estratégias de inserção internacional. São Paulo: Appris, 2015.

LECHINI, G. **Política externa brasileira em debate**: dimensões e estratégias de inserção internacional no pós-crise de 2008. Rio de Janeiro: Ipea, 2018.

LEITE, A. C. C.; CAVALCANTE, T. F. A cooperação brasileira para a África: da diplomacia presidencial de Lula da Silva à diplomacia comercial de Dilma Rousseff. **Brazilian Journal of International Relations**, [S.l.], v. 5, 2016. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjir/article/view/5486/4092>. Acesso em: 9 out. 2023.

LEITE, I. C. Cooperação Sul-Sul: Conceito, História e Marcos Interpretativos. **Observatório Político Sul-Americano**, Rio de Janeiro, v. 11, 2012.

LEITE, P. S. **O Brasil e a Cooperação Sul-Sul em três momentos de política externa**: os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva. Brasília, DF: Funag, 2011. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/842-Brasil_e_a_Cooperacao_Sul-Sul_em_tres_momentos_de_Politica_Externa_O.pdf. Acesso em: 19 out. 2023.

LIMA, R. T. Entre o imperialismo e o subimperialismo: a projeção brasileira a Bolívia e ao Peru nos governos Lula (2003-2010). **Revista Rebelde de estudos latinoamericanos**, [S.l.], v. 6, 2016.

LUCE, M S. A economia política do subimperialismo em Ruy Mauro Marini: uma história conceitual. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - ANPUH. 16., 2021. **Anais** [...]. ANPUH, São Paulo, 2011, p. 33-67.

LUCE, M. S. O subimperialismo, etapa superior do capitalismo dependente. **Tensões Mundo**, Fortaleza, v. 10, n. 18, 2014..

MACAUHUB. Angola's government signs new loan to finance Lauca dam. **Maca**, [S.l.], 2019. Disponível em: <https://macauhub.com.mo/2018/02/28/pt-governo-de-angola-contrai-novo-emprestimo-para-financiar-barragem-de-lauca/>. Acesso em: 14 dez. 2023.

MARCUS, A. Empréstimos das línguas bantu no português falado em Angola:

kikongu, kimbundu e umbundu. **Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras**. São Francisco do Conde, 2021.

MARINI, R. M. América Latina, dependência e integração. **Brasil Urgente**, [S.l.], v. 1, p. 2-75, 1992.

MELLO, P. A. S.; MARINHO, S. M. M. Impactos da cooperação? o caso dos bancos nacionais de desenvolvimento do Brasil e de Angola. **Brazilian Journal of Strategy & International Relations**, [S.l.], v. 5, n. 9, 2016.

MENEZES, R. G.; RIBEIRO, C. O. **A cooperação Sul-Sul revisitada: A política externa do governo Lula da Silva e o desenvolvimento Africano**. Brasília, DF: IPEA, 2011. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area10/area10-artigo12.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2024.

MILANI, C.; CARVALHO, T. **Cooperação Sul-Sul e Política Externa: Brasil e China no continente africano – South-South Cooperation and Foreign Policy: Brazil and China in Africa**. 2014 (On-line). Disponível em: <https://carlosmilani.files.wordpress.com/2013/08/5158-20140-1-pb.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2023.

NEDER, V.; DURÃO, M. Dossiê BNDES: as 86 obras no exterior financiadas pelo banco (IEJN). **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 2019.

OLIVEIRA, G. Z. Política africana do Brasil: mudança entre Lula e Dilma? **Conjuntura Astral**, 2015.

OLIVEIRA, G. Z.; MALLMANN, V. H. A política externa brasileira para a África de Lula a Temer: mudança matricial em meio à crise. **Carta Internacional**, 2020. Disponível em <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/990/804>. Acesso em: 19 out. 2023.

OLIVER, S. **Book review: Power, Order and Change Politics**. 2014 (On-line). Disponível em: <https://www.oliverstuenkel.com>. Acesso em: 6 fev. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **LDC Identification Criteria & Indicators**. s.l.,s.d.. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/dpad/least-developed-country-category/ldc-criteria.html>

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **About**. n.d. (On-line). Disponível em: <https://www.oecd.org/en/about.html>. Acesso em: 19 out. 2023.

PATRÍCIO, R. **Política Externa**. Enciclopédia das Relações Internacionais. São Paulo: Dom Quixote, 2014

PATRIOTA, A. A. Política externa dos anos Dilma (2011-2016): um Brasil com influência global. **CEBRI – Revista**, [S.l.], 2023. Disponível em: <https://cebri-revista.emnuvens.com.br/revista/article/view/120/167>. Acesso em: 19 out. 2023.

PAULANI, L. M. “Ideias sem Lugar: sobre a retórica da economia de McCloskey”. In: REGO, J. M. (org). *Retórica na Economia*. São Paulo: Bienal, 1996.

PECEQUILO, C. S. **Relações Internacionais**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

PORTUGAL. **Revisão da Lei Orgânica do Ultramar**. 1962 (On-line). Disponível em: <https://www.arquivo.presidencia.pt/details?id=26599>. Acesso em: 24 jun. 2024.

PRADO, L. R. Bem jurídico-penal e constituição. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, [S.l.], 1996.

RODRIGUES, G. O. **A teoria marxista da dependência em Ruy Mauro Marini**. 2023 (On-line). Disponível em: <https://sep.org.br/anais/Trabalhos%20para%20o%20site/Comunicacoes/122.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2023.

RPT ENSINA **A pressão internacional e os conflitos nas colônias ultramarinas**. 2021 (on-line). Disponível em: <https://ensina.rtp.pt/explicador/a-pressao-internacional-e-os-conflitos-nas-colonias-ultramarinas/>. Acesso em: 19 out. 2023.

SAGGIORO, A; E. G. **A internacionalização de empresas brasileiras durante o governo Lula: uma análise crítica da relação entre capital e o Estado no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2012.

SANTOS, C. G. CARRION, R. S. M. Sobre a governança da cooperação internacional para o desenvolvimento: atores, propósitos e perspectivas. **Revista de administração pública**, [S.l.], v. 45, p. 1847-1868, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/NqHJwFpnmNVbX9JkqgbDc3K/?lang=pt>. Acesso em: 19 out. 2023.

SANTOS, L. B. BNDES: **Internacionalização de empresas brasileiras e integração regional**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2015.

SARAIVA, J. F. S. **Construção e desconstrução do discurso culturalista na política africana do Brasil**. Brasília, DF: Saraiva, 1993.

SCHAFER, J. HASLAM, P. BEAUDET, P. Theories and Approaches in International Development What Is Development? Based on SOGGE, David. Angola: whose curse? **Revista Tempo do Mundo**, Amsterdam, v. 4, 2017.

SILVA, G. A. **Relações Brasil-África: Um estudo sobre a perspectiva de mudança da Política Externa Brasileira nos governos Dilma, Temer e Bolsonaro**. Uberlândia: UFU,

2023. Disponível em:

[https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/40939/1/Rela%
c3%a7%c3%b5esBrasil%
c3%81frica.pdf](https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/40939/1/Rela%c3%a7%c3%b5esBrasil%c3%81frica.pdf). Acesso em: 19 out. 2023.

SOUZA, A. M. **Repensando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento**. Brasília, DF: IPEA, 2014.

STREETEN, Paul. **IMF**. Finance and Development. Finance and Development Magazine. 2001 (On-line). Disponível em:
<https://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2001/06/streeten.htm>. Acesso em: 10 dez. 2023.

TOMAZELLI, I. Governo Lula envia projeto ao Congresso para BNDES voltar a financiar obras no exterior. **Folha de São Paulo**, 2023. Disponível em:
https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache%3Ahttps%3A%2F%2Fwww1.folha.uol.com.br%2Fmercado%2F2023%2F11%2Fgoverno-lula-envia-projeto-ao-congresso-para-bndes-voltar-a-financiar-obras-no-exterior.shtml&rlz=1C1ONGR_pt-PTBR1073BR1074&oq=cache%3Ahttps%3A%2F%2Fwww1.folha.uol.com.br%2Fmercado%2F2023%2F11%2Fgoverno-lula-envia-projeto-ao-congresso-para-bndes-voltar-a-financiar-obras-no-exterior.shtml&gs_lcrp=EgZjaHJvbWUyBggAEEUYOTIGCAEQRRg60gEIMzU3MmowajSoAgCwAgA&sourceid=chrome&ie=UTF-8. Acesso em: 10 set. 2024.

TOMAZINI, R. C. Editorial. **Rev. Carta Inter.**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, 2017. Disponível em: <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/632/33>. Acesso em: 19 out. 2023.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Relatório e Parecer Prévio sobre as Contas do Governo da República**. Brasília, DF: TCU, 2009.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME. **International Cooperation**. s.l,s.d. Disponível em: <https://leap.unep.org/en/knowledge/glossary/international-cooperation>

UNITED STATES INSTITUTE OF PEACE. Making peace in Angola. 2002 (On-line). Disponível em: <https://www.usip.org/>. Acesso em: 19 out. 2023.

VALDEZ, R. C. C. **A internacionalização do BNDES no Governo Lula**. Porto Alegre: UFRGS, 2011. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/32890>. Acesso em: 19 out. 2023.

VALENCIA, A. S. Subimperialismo y dependencia en América Latina: El pensamiento de Ruy Mauro Marini. **Temas Clacso**, [S.l.], v. 3, 2017.

VALÉRIO, N. **O império colonial nas constituições portuguesas**. Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão, 2021. Disponível em:
<https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/21409>. Acesso em: 24 jun. 2024.

VIGEVANI, T.; CEPALUNI, G. **A Política Externa de Lula da Silva**: autonomia pela diversificação. Rio de Janeiro: Contexto Internacional, 2007. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/5228d43f-532e-4d24-b788-0cd0d20b81bf/content>. Acesso em: 19 out. 2023.

VIRCHES, R.; CAHEN, F. R. How institutional voids influence Brazilian foreign direct investment in Angola. **Internext**, [S.l.], v. 12, n. 1, p. 33. [s.l.], 2017.

VISENTINI, P. F. **As revoluções africanas**: Angola, Moçambique e Etiópia. São Paulo: Fundação Unesp, 2012.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

BRASIL. **2ª etapa da construção da avenida N'Gola/Killuange (Pacote 2)**. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/arquivos/contratos-exportacao/2008.0030.pdf>

BRASIL. **2ª etapa da construção da via expressa Luanda/Kifangongo (pacote 2)**. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/arquivos/contratos-exportacao/2008.0032.pdf>

BRASIL. **Abast. Água - Polo Industrial Viana - Pacote 3**. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/arquivos/contratos-exportacao/2007.0114.pdf>

BRASIL. **Aeroporto Internacional de Catumbela – Benguela**. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/arquivos/contratos-exportacao/2009.0028.pdf>

BRASIL. **Águas de Benguela - 2ª Etapa**. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/arquivos/contratos-exportacao/2007.0247.pdf>

BRASIL. **Alteamento da Barragem e Vertedouro Lateral do AH Cambambe. CF nº 13.2.0864**. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/arquivos/contratos-exportacao/2013.0005.pdf>

BRASIL. **Auto-Estrada Periférica - Fase 1C - 2ª etapa**. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/arquivos/contratos-exportacao/2008.0041.pdf>

BRASIL. **Auto-Estrada Periférica de Luanda - Fase 1D - 2ª etapa**. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/arquivos/contratos-exportacao/2008.0040.pdf>

BRASIL. **Auto-Estrada Periférica de Luanda - Fase 2C**. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/arquivos/contratos-exportacao/2007.0100.pdf>

BRASIL. **Auto-Estrada Periférica de Luanda - Fase 2C Viana Cabolombo**. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/arquivos/contratos-exportacao/2010.1087.pdf>

BRASIL. **Auto-Estrada Periférica de Luanda - Fase 2C - 2ª etapa**. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/arquivos/contratos-exportacao/2008.0042.pdf>

BRASIL. **Avenida N'Gola Kiluange - Pacote 1 - 2ª etapa**. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/arquivos/contratos-exportacao/2008.0034.pdf>

BRASIL. **Avenida N'Gola Kiluange - Pacote 1 - 3ª tranche. CF nº 11.2.0004.1**. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/arquivos/contratos-exportacao/2010.1082.pdf>

BRASIL **Avenida N'Gola / Kiluange - Pacote 2 - 3ª tranche. CF nº 11.2.1238**. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/arquivos/contratos-exportacao/2010.1081.pdf>

BRASIL. **Avenida 21 de Janeiro - 5ª fase.** Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/arquivos/contratos-exportacao/2006.0188.pdf>

BRASIL. **CINFOTEC.** Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/arquivos/contratos-exportacao/2006.0205.pdf>

BRASIL. **Construção da avenida N'Gola/Killuange - Luanda - Pacote 2.** Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/arquivos/contratos-exportacao/2007.0105.pdf>

BRASIL **Construção da Avenida N'Gola Kiluange Pac 1.** Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/arquivos/contratos-exportacao/2007.0093.pdf>

BRASIL. **Construção da auto-estrada Luanda face IC - Trecho Cacuaco/Viana.** Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/arquivos/contratos-exportacao/2007.0102.pdf>

BRASIL. **Construção da auto-estrada Luanda face ID (ponte) - Trecho Cacuaco/Viana.** Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/arquivos/contratos-exportacao/2007.0103.pdf>

BRASIL. **Construção da escola nacional de administração.** Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/arquivos/contratos-exportacao/2008.0159.pdf>

BRASIL. **Construção da Quarta Avenida.** Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/arquivos/contratos-exportacao/2007.0083.pdf>

BRASIL. **Construção da Quarta Avenida - 2ª etapa.** Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/arquivos/contratos-exportacao/2008.0033.pdf>

BRASIL **Construção da Quarta Avenida - Etapa 2 - 3ª tranche. CF nº 11.2.0005.1.** Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/arquivos/contratos-exportacao/2010.1083.pdf>

BRASIL. **Construção da Quarta Avenida - Etapa 2 - 4ª Tranche CF nº 12.2.0667.1.** Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/arquivos/contratos-exportacao/2011.0020.pdf>

BRASIL. **Construção da Via Expressa Luanda Viana, Pacote 3, Etapa 2. CF nº 10.2.1828.1.** Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/arquivos/contratos-exportacao/2010.1088.pdf>

BRASIL. **Construção da Via Expressa Luanda Viana - Pacote 1 - 4ª Etapa. CF nº 12.2.0666.1.** Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/arquivos/contratos-exportacao/2011.0017.pdf>

BRASIL. **Construção de 3 novos centros integrados de formação tecnológica.** Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/arquivos/contratos-exportacao/2006.0257.pdf>

BRASIL. **Construção Loteamento Zango – Angola. CF nº 13.2.0480.1.** Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/arquivos/contratos-exportacao/2012.0426.pdf>

BRASIL. **(EPAL3) Abast.de Água Pólo Ind.de Viana, Etapa II, Pacote 3. CF nº 10.2.2003.1.** Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/arquivos/contratos-exportacao/2010.1092.pdf>

BRASIL. **(EPAL1) Abastecimento de Águas de Luanda, Pacote1, Etapa II. CF nº 10.2.2002.1.** Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/arquivos/contratos-exportacao/2010.1090.pdf>

BRASIL. **Estrada Golfe/Viana e Rua do Sanatorio.** Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/arquivos/contratos-exportacao/2007.0092.pdf>

BRASIL. **Estrada Golfe/Viana e Rua do Sanatório - 2ª etapa.** Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/arquivos/contratos-exportacao/2008.0035.pdf>

BRASIL. **Estrada do Golfe / Viana e Rua do Sanatório - 3ª Etapa. CF nº 10.2.2077.1.** Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/arquivos/contratos-exportacao/2010.1084.pdf>

BRASIL. **Estrada do Golfe - Troço Gamek / Antigo Controlo.** Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/arquivos/contratos-exportacao/2007.0095.pdf>

BRASIL. **Estrada da Samba - 4ª fase.** Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/arquivos/contratos-exportacao/2006.0226.pdf>

BRASIL. **Estrada Viana / Kikuxi.** Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/arquivos/contratos-exportacao/2007.0099.pdf>

BRASIL. **Estrada Periférica de Luanda 1C, Cacucaco Viana 3ª Tranche. CF nº 11.2.1107.1.** Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/arquivos/contratos-exportacao/2010.1079.pdf>

BRASIL. **Estrada Periférica de Luanda, Fase 1D, Troço Cacucaco Viana. CF nº 11.2.1235.1.** Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/arquivos/contratos-exportacao/2010.1078.pdf>

BRASIL. **Estrada Periférica de Luanda - Cacucaco Viana fase 1D – ETAPA 2. CF nº 11.2.1237.1.** Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/arquivos/contratos-exportacao/2011.0247.pdf>

BRASIL. **Estrada Periférica de Luanda 1C, Cacucaco Viana 4ª Tranche. CF nº 11.2.1108.1.** Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/arquivos/contratos-exportacao/2011.0246.pdf>

BRASIL. **Hidroelétrica de Cambambe - Fase 2. CF n 13.2.0863.1.** Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/arquivos/contratos-exportacao/2013.0004.pdf>

BRASIL. Hidroelétrica de Cambambe. CF n 11.2.0362.1. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/arquivos/contratos-exportacao/2010.1275.pdf>

BRASIL. Implantação do Aproveitamento Elétrico de Laúca (2014). CF nº 14.2.1079.1. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/arquivos/contratos-exportacao/2014.0030.pdf>

BRASIL. Implantação do Aproveitamento Elétrico de Laúca (2013). CF nº 13.2.1211.1. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/arquivos/contratos-exportacao/2013.0008.pdf>

BRASIL. Implementação do programa de construção de infra-estruturas rodoviárias de Boavista, pacote b (lotes 3/6). Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/arquivos/contratos-exportacao/2007.0003.pdf>

BRASIL. Infra-estrutura Rodoviárias de Boavista (Lotes 1/2). Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/arquivos/contratos-exportacao/2006.0236.pdf>

BRASIL. Infraestrutura de Benguela - 1ª etapa. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/arquivos/contratos-exportacao/2007.0246.pdf>

BRASIL. Infraestrutura de Benguela - 2ª etapa. CF nº 11.2.1373.1. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/arquivos/contratos-exportacao/2012.0414.pdf>

BRASIL. Infraestruturas Província de Kwanza Sul - 1ª etapa. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/arquivos/contratos-exportacao/2007.0242.pdf>

BRASIL. Linha de Transmissão de 220 kV - Lucala - Pambos de Sonhe. CF nº 10.2.2037.1. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/arquivos/contratos-exportacao/2010.1091.pdf>

BRASIL. Linha de Transmissão Uíge - Maquela do Zombo. CF nº 11.2.1197.1. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/arquivos/contratos-exportacao/2011.0283.pdf>

BRASIL. LT Lucala-Pambos de Sonhe-Uíge. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/arquivos/contratos-exportacao/2008.0056.pdf>

BRASIL. Plano de Desenvolvimento Província do Kwanza Sul - Fase II. CF nº 13.2.1378.1. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/arquivos/contratos-exportacao/2013.0322.pdf>

BRASIL. Polo Agroindustrial de Capanda. CF nº 12.2.1092.1. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/arquivos/contratos-exportacao/2010.1276.pdf>

BRASIL. Programa Formação, Trabalho e Desenvolvimento. CF nº 12.2.0698.1. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/arquivos/contratos-exportacao/2010.1280.pdf>

BRASIL. **Projeto Águas de Benguela Terceira Etapa / Fase B. CF nº 10.2.2001.1.** Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/arquivos/contratos-exportacao/2010.1086.pdf>

BRASIL. **Projeto Capanda - Usina Hidrelétrica.** Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/arquivos/contratos-exportacao/2007.0026.pdf>

BRASIL. **Quinta Avenida.** Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/arquivos/contratos-exportacao/2007.0072.pdf>

BRASIL. **Quinta Avenida - 2ª etapa. CF nº 08.2.0259-1.** Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/arquivos/contratos-exportacao/2008.0037.pdf>

BRASIL. **Reabilitação da estrada Viana/Calumbo.** Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/arquivos/contratos-exportacao/2007.0097.pdf>

BRASIL. **Reabilitação Estrada Viana / Calumbo - 3ª Linha de Crédito. CF nº 11.2.1234.1.** Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/arquivos/contratos-exportacao/2010.0960.pdf>

BRASIL. **Reabilitação Estrada Viana / Calumbo - 4ª Linha de Crédito. CF nº 11.2.1235.1.** Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/arquivos/contratos-exportacao/2011.0194.pdf>

BRASIL. **Regularização Rios Coropolo, Cavaco e Catumbela - Rios CCC. CF nº 10.2.1881.1.** Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/arquivos/contratos-exportacao/2010.0961.pdf>

BRASIL. **Saneamento Básico Luanda / Angola - 6ª Fase. CF nº 09.2.0203.1.** Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/arquivos/contratos-exportacao/2009.0024.pdf>

BRASIL. **Sexta Avenida.** Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/arquivos/contratos-exportacao/2007.0073.pdf>

BRASIL. **Sexta Avenida - 2ª etapa. CF nº 08.2.0260.** Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/arquivos/contratos-exportacao/2008.0036.pdf>

BRASIL. **Sexta Avenida - 3ª Fase - 2ª linha de Crédito. CF nº 11.2.1293.1.** Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/arquivos/contratos-exportacao/2010.1097.pdf>

BRASIL. **Sistema 3 de Abastecimento de água de Luanda - Pac 1.** Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/arquivos/contratos-exportacao/2007.0113.pdf>

BRASIL. **Troço Gamek 2ª etapa.** Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/arquivos/contratos-exportacao/2008.0043.pdf>

BRASIL. **Uíge - Maquela do Zombo. CF nº 08.2.0680.1.** Disponível em:
<https://www.bndes.gov.br/arquivos/contratos-exportacao/2008.0125.pdf>

BRASIL. **Unidades Habitacionais Zango - 4ª Linha de Crédito. CF nº 11.2.0434.1.**
Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/arquivos/contratos-exportacao/2010.1274.pdf>

BRASIL. **Via Expressa Luanda-Viana - Pacote 1.** Disponível em:
<https://www.bndes.gov.br/arquivos/contratos-exportacao/2007.0088.pdf>

BRASIL. **Via Expressa Luanda-Viana - Pacote 1 - 2ª etapa.** Disponível em:
<https://www.bndes.gov.br/arquivos/contratos-exportacao/2008.0039.pdf>

BRASIL. **Via Expressa Luanda-Viana - Pacote 1 - 3ª etapa. CF nº 10.2.2078.1.**
Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/arquivos/contratos-exportacao/2010.1085.pdf>

BRASIL. **Via Expressa Luanda-Viana Troço 3.** Disponível em:
<https://www.bndes.gov.br/arquivos/contratos-exportacao/2007.0094.pdf>

BRASIL. **Via Expressa Luanda-Viana - Troço 3 - 2ª etapa.** Disponível em:
<https://www.bndes.gov.br/arquivos/contratos-exportacao/2008.0044.pdf>

BRASIL. **Via Expressa Luanda-Viana - Troço 3 - 4ª etapa. CF nº 12.2.0290.1.**
Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/arquivos/contratos-exportacao/2010.1279.pdf>

BRASIL. **Via Expressa Luanda-Kifangondo - Pacote 1.** Disponível em:
<https://www.bndes.gov.br/arquivos/contratos-exportacao/2007.0091.pdf>

BRASIL. **Via Expressa Luanda-Kifangondo - Pacote 1 - 2ª etapa.** Disponível em:
<https://www.bndes.gov.br/arquivos/contratos-exportacao/2008.0031.pdf>

BRASIL. **Via Expressa Luanda-Kifangondo - Pacote 1 - 3ª tranche. CF nº 10.2.1927.1.** Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/arquivos/contratos-exportacao/2010.1089.pdf>

BRASIL. **Via Expressa Luanda-Kifangondo - Pacote 2 - 3ª tranche. CF nº 11.2.1110.1.** Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/arquivos/contratos-exportacao/2010.1080.pdf>

BRASIL. **Via Expressa Luanda-Kifangondo - Pacote 2 - 4ª tranche. CF nº 11.2.1111.1.** Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/arquivos/contratos-exportacao/2011.0214.pdf>

BRASIL. **Via Marginal Sudoeste. CF nº 11.2.1324.1.** Disponível em:
<https://www.bndes.gov.br/arquivos/contratos-exportacao/2010.1089.pdf>

BRASIL. **Viana/Cabolombo e Ligação Cabolombo/Futungo 4ª. CF nº 12.2.0289.1.**
Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/arquivos/contratos-exportacao/2010>

Anexo II – Dados dos contratos

Obra	Instituição importadora	Area de atuação	Exportador	Protocolo de entendimentos firmado em:	Província:	Valor (us\$)
2ª etapa da construção da avenida N'Gola/Killuange (Pacote 2)	INEA - Instituto de Estradas de Angola	inf. de transporte - estrada	C. Queiroz Galvão S.A.	18 de outubro de 2007	Luanda	5.889.343,07
2ª etapa da construção da via expressa Luanda/Kifangongo (pacote 2)	INEA - Instituto de Estradas de Angola	inf. de transporte - estrada	C. Queiroz Galvão S.A.	18 de outubro de 2007	Luanda	27.072.740,63
Abast. Agua - Polo Industrial Viana - Pacote 3	EPAL-EP Empresa Pública de Águas	inf. de abastecimento de água	C. Norberto Odebrech S.A.	23 de agosto de 2006	Luanda	26.484.759,00
Aeroporto Internacional de Catumbela - Benguela	ENANA	inf.a de transporte - aeroporto	C. Norberto Odebrech S.A.	18 de outubro de 2007	Bengela	110.500.000,00
Águas de Benguela - 2ª Etapa	Ministério de Energia e Água da República de Angola	inf. de abastecimento de água	C. Norberto Odebrech S.A.	18 de outubro de 2007	Bengela	64.660.955,11

Alteamento da Barragem e Vertedouro Lateral do AH Cambambe	Empresa Nacional de Eletricidade de Angola (ENE-EP)	inf. elétrica - geração	C. Norberto Odebrech S.A.	26 de abril de 2012	Cuanza Norte	131.696.719,24
Auto-Estrada Periférica - Fase 1C - 2ª etapa	INEA - Instituto de Estradas de Angola	inf. de transporte - estrada	C. Queiroz Galvão S.A.	18 de outubro de 2007	Luanda	32.010.484,57
Auto-Estrada Periférica de Luanda - Fase 1D - 2ª etapa	INEA - Instituto de Estradas de Angola	inf. de transporte - estrada	C. Queiroz Galvão S.A.	18 de outubro de 2007	Luanda	11.809.195,00
Auto-Estrada Periférica de Luanda - Fase 2C	INEA - Instituto de Estradas de Angola	inf. de transporte - estrada	C. Norberto Odebrech S.A.	23 de agosto de 2006	Luanda	72.832.984,93
Auto-Estrada Periférica de Luanda - Fase 2C Viana Cabolombo	INEA - Instituto de Estradas de Angola	inf. de transporte - estrada	C. Norberto Odebrech S.A.	21 de outubro de 2009	Luanda	49.624.511,39
Auto-Estrada Periférica de Luanda - Fase 2C - 2ª etapa	INEA - Instituto de Estradas de Angola	inf. de transporte - estrada	C. Norberto Odebrech S.A.	18 de outubro de 2007	Luanda	82.952.638,86
Avenida N'Gola Kiluange - Pacote 1 - 2ª etapa	INEA - Instituto de Estradas de Angola	inf. de transporte - estrada	C. Andrade Gutierrez S.A.	18 de outubro de 2007	Luanda	16.001.676,16
Avenida N'Gola Kiluange - Pacote 1 - 3ª tranche	INEA - Instituto de Estradas de Angola	inf. de transporte - estrada	C. Andrade Gutierrez S.A.	21 de outubro de 2009	Luanda	13.991.004,80
Avenida N'Gola / Kiluange - Pacote 2 - 3ª tranche	INEA - Instituto de Estradas de Angola	inf. de transporte - estrada	C. Queiroz Galvão S.A.	18 de outubro de 2007	Luanda	11.127.921,69
Avenida 21 de Janeiro - 5ª fase	Ministério de Obras Públicas da República de Angola	inf. de transporte - estrada	C. Norberto Odebrech S.A.	23 de agosto de 2006	Luanda	30.053.076,69
CINFOTEC	Ministério de Administração Pública, Emprego e Segurança Social	inf. de educação	C. Norberto odebrech S.A.	23 de agosto de 2006	Luanda	28.645.241,00
Construção da avenida N'Gola/Killuange - Luanda - Pacote 2	INEA - Instituto de Estradas de Angola	inf. de transporte - estrada	C. Queiroz Galvão S.A.	23 de agosto de 2006	Luanda	19.309.875,00
Construção da Avenida N'Gola Kiluange Pac 1	INEA - Instituto de Estradas de Angola	inf. de transporte - estrada	C. Andrade Gutierrez S.A.	23 de agosto de 2006	Luanda	29.707.500,00
Construção da auto-estrada Luanda face IC - Trecho Cacucaco/Viana	INEA - Instituto de Estradas de Angola	inf. de transporte - estrada	C. Queiroz Galvão S.A.	23 de agosto de 2006	Luanda	33.048.000,00
Construção da auto-estrada Luanda face ID (ponte) - Trecho Cacucaco/Viana	INEA - Instituto de Estradas de Angola	inf. de transporte - estrada	C. Queiroz Galvão S.A.	23 de agosto de 2006	Luanda	11.554.866,00
Construção da escola nacional de administração	Ministério de Administração Pública, Emprego e Segurança Social	inf. de educação	Mello Junior Empreendimentos e Participações LTDA	18 de outubro de 2007	Luanda	15.006.750,00
Construção da Quarta Avenida	INEA - Instituto de Estradas de Angola	inf. de transporte - estrada	C. Andrade Gutierrez S.A.	23 de agosto de 2006	Luanda	11.585.925,00
Construção da Quarta Avenida - 2ª etapa	INEA - Instituto de Estradas de Angola	inf. de transporte - estrada	C. Andrade Gutierrez S.A.	18 de outubro de 2007	Luanda	9.098.231,59
Construção da Quarta Avenida - Etapa 2 - 3ª tranche	INEA - Instituto de Estradas de Angola	inf. de transporte - estrada	C. Andrade Gutierrez S.A.	21 de outubro de 2009	Luanda	14.762.419,31
Construção da Quarta Avenida - Etapa 2 - 4ª Tranche	INEA - Instituto de Estradas de Angola	inf. de transporte - estrada	C. Andrade Gutierrez S.A.	23 de junho de 2010	Luanda	14.762.419,31
Construção da Via Expressa Luanda Viana, Pacote 3, Etapa	INEA - Instituto de Estradas de Angola	inf. de transporte - estrada	C. Norberto odebrech S.A.	21 de outubro de 2009	Luanda	26.132.943,99

2						
Construção da Via Expressa Luanda Viana - Pacote 1 - 4ª Etapa	INEA - Instituto de Estradas de Angola	inf. de transporte - estrada	C. Andrade Gutierrez S.A.	23 de junho de 2010	Luanda	20.569.069,69
Construção de 3 novos centros integrados de formação tecnológica	Ministério de Administração Pública, Emprego e Segurança Social	inf. de educação	Prado Valladares Agência de Cooperação e Desenvolvimento S.A.	23 de agosto de 2006	Luanda	5.055.042,65
Construção Loteamento Zango - Angola	MINUC - Ministério de Urbanismo e Construção da República de Angola	inf. de moradia	C. Norberto odebrech S.A.	23 de junho de 2010	Luanda	68.709.750,00
(EPAL3) Abast.de Água Pólo Ind.de Viana, Etapa II, Pacote 3	EPAL-EP Empresa Pública de Águas	inf. de abastecimento de água	C. Norberto odebrech S.A.	21 de outubro de 2009	Luanda	16.111.114,20
(EPAL1) Abastecimento de Águas de Luanda, Pacote1, Etapa II	EPAL-EP Empresa Pública de Águas	inf. de abastecimento de água	C. Norberto odebrech S.A.	21 de outubro de 2009	Luanda	36.982.022,28
Estrada Golfe/Viana e Rua do Sanatório	INEA - Instituto de Estradas de Angola	inf. de transporte - estrada	C. Andrade Gutierrez S.A.	23 de agosto de 2006	Luanda	33.272.400,00
Estrada Golfe/Viana e Rua do Sanatório - 2ª etapa	INEA - Instituto de Estradas de Angola	inf. de transporte - estrada	C. Andrade Gutierrez S.A.	18 de outubro de 2007	Luanda	17.633.874,30
Estrada do Golfe / Viana e Rua do Sanatório - 3ª Etapa	INEA - Instituto de Estradas de Angola	inf. de transporte - estrada	C. Andrade Gutierrez S.A.	21 de outubro de 2009	Luanda	8.066.176,55
Estrada do Golfe - Troço Gamek / Antigo Controlo	INEA - Instituto de Estradas de Angola	inf. de transporte - estrada	C. Norberto odebrech S.A.	23 de agosto de 2006	Luanda	28.998.153,75
Estrada da Samba - 4ª fase	Ministério de Obras Públicas da República de Angola	inf. de transporte - estrada	C. Norberto odebrech S.A.	23 de agosto de 2006	Luanda	61.657.584,00
Estrada Viana / Kikuxi	INEA - Instituto de Estradas de Angola	inf. de transporte - estrada	C. Norberto odebrech S.A.	23 de agosto de 2006	Luanda	13.872.000,00
Estrada Periférica de Luanda 1C, Cacuaco Viana 3ª Tranche	INEA - Instituto de Estradas de Angola	inf. de transporte - estrada	C. Queiroz Galvão S.A.	21 de outubro de 2009	Luanda	21.175.115,79
Estrada Periférica de Luanda, Fase 1D, Troço Cacuaco Viana	INEA - Instituto de Estradas de Angola	inf. de transporte - estrada	C. Queiroz Galvão S.A.	21 de outubro de 2009	Luanda	8.776.869,22
Estrada Periférica de Luanda - Cacuaco Viana fase1D - ETAPA2	INEA - Instituto de Estradas de Angola	inf. de transporte - estrada	C. Queiroz Galvão S.A.	23 de junho de 2010	Luanda	8.776.869,22
Estrada Periférica de Luanda 1C, Cacuaco Viana 4ª Tranche	INEA - Instituto de Estradas de Angola	inf. de transporte - estrada	C. Queiroz Galvão S.A.	23 de junho de 2010	Luanda	21.175.115,79
Hidroelétrica de Cambambe - Fase 2	Empresa Nacional de Eletricidade de Angola (ENE-EP)	inf. elétrica - geração	C. Norberto odebrech S.A.	26 de abril de 2012	Cuanza Norte	141.757.932,96
Hidroelétrica de Cambambe	Empresa Nacional de Eletricidade de Angola (ENE-EP)	inf. elétrica - geração	C. Norberto odebrech S.A.	23 de junho de 2010	Cuanza Norte	190.946.652,63
Implantação do Aproveitamento Elétrico de Laúca (2014)	Ministério de Energia e Água da República de Angola	inf. elétrica - geração	C. Norberto odebrech S.A.	26 de abril de 2012	Malanje-Cuanza Sul	500.000.000,00
Implantação do Aproveitamento Elétrico de Laúca (2013)	Ministério de Energia e Água da República de Angola	inf. elétrica - geração	C. Norberto odebrech S.A.	26 de abril de 2012	Malanje-Cuanza Sul	146.496.089,63
Implementação do programa de	Ministério de Obras Públicas da	inf. de transporte -	EMSA Empresa Sul Americana de	23 de agosto de	Luanda	19.107.565,65

construção de infra-estruturas rodoviárias de Boavista, pacote b (lotes 3/6)	República de Angola	estrada	Montagens S.A.	2006		
Infra-estrutura Rodoviárias de Boavista (Lotes 1/2)	INEA - Instituto de Estradas de Angola	inf. de transporte - estrada	Construções e Comércio Camargo Côrrea S.A.	23 de agosto de 2006	Luanda	15.622.898,00
Infraestrutura de Benguela - 1ª etapa	Ministério de Obras Públicas da República de Angola	inf. de transporte - estrada	C. Norberto odebrech S.A.	18 de outubro de 2007	Benguela	64.301.500,00
Infraestrutura de Benguela - 2ª etapa	MINUC - Ministério de Urbanismo e Construção da República de Angola	inf. de transporte - estrada	C. Norberto odebrech S.A.	23 de junho de 2010	Benguela	36.836.975,17
Infraestruturas Província de Kwanza Sul - 1ª etapa	Ministério de Obras Públicas da República de Angola	MULTI	C. Norberto odebrech S.A.	18 de outubro de 2007	Cuanza Sul	40.661.887,58
Linha de Transmissão de 220 kV - Lucala - Pambos de Sonhe	Ministério de Energia e Água da República de Angola	inf. elétrica - distribuição	C. Norberto odebrech S.A.	21 de outubro de 2009	Cuanza Norte	60.288.575,41
Linha de Transmissão UÍGE - Maquela do Zombo	Ministério de Energia e Água da República de Angola	inf. elétrica - distribuição	Construções e Comércio Camargo Côrrea S.A.	23 de junho de 2010	Uíge	53.830.364,52
LT Lucala-Pambos de Sonhe-Uíge	Gabinete de Aproveitamento do Médio Kwanza	inf. elétrica - distribuição	C. Norberto odebrech S.A.	18 de outubro de 2007	Cuanza Norte - Uíge	134.880.203,12
Plano de Desenvolvimento Província do Kwanza Sul - Fase II	MINUC - Ministério de Urbanismo e Construção da República de Angola	MULTI	C. Norberto odebrech S.A.	23 de junho de 2010	Cuanza Sul	36.939.554,18
Polo Agroindustrial de Capanda	SODEPAC - Sociedade de Desenvolvimento do Polo Industrial de Capanda S.A.	inf. agroindustrial	C. Norberto odebrech S.A.	23 de junho de 2010	Malanje	35.355.863,35
Programa Formação, Trabalho e Desenvolvimento	Ministério de Administração Pública, Emprego e Segurança Social	inf. educação	C. Norberto odebrech S.A.	23 de junho de 2010	x	22.277.650,26
Projeto Águas de Benguela Terceira Etapa / Fase B	Ministério de Energia e Água da República de Angola	inf. de abastecimento de água	C. Norberto odebrech S.A.	21 de outubro de 2009	Benguela	82.726.250,00
Projeto Capanda - Usina Hidrelétrica	Gabinete de Aproveitamento do Médio Kwanza	inf. elétrica - geração	C. Norberto odebrech S.A.	23 de agosto de 2006	Malanje - Cuanza Sul	15.657.457,30
Quinta Avenida	INEA - Instituto de Estradas de Angola	inf. de transporte - estrada	Construções e Comércio Camargo Côrrea S.A.	23 de agosto de 2006	Luanda	13.368.375,00
Quinta Avenida - 2ª etapa	INEA - Instituto de Estradas de Angola	inf. de transporte - estrada	Construções e Comércio Camargo Côrrea S.A.	18 de outubro de 2007	Luanda	12.409.955,73
Reabilitação da estrada Viana/Calumbo	INEA - Instituto de Estradas de Angola	inf. de transporte - estrada	C. Queiroz Galvão S.A.	23 de agosto de 2006	Luanda	17.496.300,85
Reabilitação Estrada Viana / Calumbo - 3ª Linha de Crédito	INEA - Instituto de Estradas de Angola	inf. de transporte - estrada	C. Queiroz Galvão S.A.	21 de outubro de 2009	Luanda	13.602.095,29
Reabilitação Estrada Viana / Calumbo - 4ª	INEA - Instituto de Estradas de Angola	inf. de transporte -	C. Queiroz Galvão S.A.	23 de junho de 2010	Luanda	13.602.095,29

Linha de Crédito		estrada				
Regularização Rios Coropolo, Cavaco e Catumbela - Rios CCC	INEA - Instituto de Estradas de Angola	inf. de transporte - estrada + pluvial	C. Norberto odebrech S.A.	21 de outubro de 2009	Benguela	36.731.898,52
Saneamento Básico Luanda / Angola - 6ª Fase	Ministério de Obras Públicas da República de Angola	inf. saneamento	C. Norberto odebrech S.A.	18 de outubro de 2007	Luanda	145.063.434,93
Sexta Avenida	INEA - Instituto de Estradas de Angola	inf. de transporte - estrada	Construções e Comércio Camargo Côrrea S.A.	23 de agosto de 2006	Luanda	26.736.750,00
Sexta Avenida - 2ª etapa	INEA - Instituto de Estradas de Angola	inf. de transporte - estrada	Construções e Comércio Camargo Côrrea S.A.	18 de outubro de 2007	Luanda	16.597.101,83
Sexta Avenida - 3ª Fase - 2ª linha de Crédito	INEA - Instituto de Estradas de Angola	inf. de transporte - estrada	Construções e Comércio Camargo Côrrea S.A.	18 de outubro de 2007	Luanda	9.852.508,36
Sistema 3 de Abastec. água de Luanda - Pac 1	EPAL-EP Empresa Pública de Águas	inf. de abastecimento de água	C. Norberto odebrech S.A.	23 de agosto de 2006	Luanda	53.014.500,00
Troço Gamek 2ª etapa	INEA - Instituto de Estradas de Angola	inf. de transporte - estrada	C. Norberto odebrech S.A.	18 de outubro de 2007	Luanda	1.959.165,00
Uíge - Maquela do Zombo	Ministério de Energia e Água da República de Angola	inf. elétrica - distribuição	Construções e Comércio Camargo Côrrea S.A.	18 de outubro de 2007	Uíge	64.705.827,36
Unidades Habitacionais Zango - 4º Linha de Crédito	Gabinete de Reconstrução Nacional da República de Angola	inf. de moradia	C. Norberto odebrech S.A.	23 de junho de 2010	Luanda	281.031.372,39
Via Expressa Luanda-Viana - Pacote 1	INEA - Instituto de Estradas de Angola	inf. de transporte - estrada	C. Andrade Gutierrez S.A.	23 de agosto de 2006	Luanda	36.226.353,03
Via Expressa Luanda-Viana - Pacote 1 - 2ª etapa	INEA - Instituto de Estradas de Angola	inf. de transporte - estrada	C. Andrade Gutierrez S.A.	18 de outubro de 2007	Luanda	30.605.818,22
Via Expressa Luanda-Viana - Pacote 1 - 3ª etapa	INEA - Instituto de Estradas de Angola	inf. de transporte - estrada	C. Andrade Gutierrez S.A.	21 de outubro de 2009	Luanda	20.569.069,70
Via Expressa Luanda-Viana Troço 3	INEA - Instituto de Estradas de Angola	inf. de transporte - estrada	C. Norberto odebrech S.A.	23 de agosto de 2006	Luanda	28.126.532,94
Via Expressa Luanda-Viana - Troço 3 - 2ª etapa	INEA - Instituto de Estradas de Angola	inf. de transporte - estrada	C. Norberto odebrech S.A.	18 de outubro de 2007	Luanda	31.324.633,02
Via Expressa Luanda-Viana - Troço 3 - 4ª etapa	INEA - Instituto de Estradas de Angola	inf. de transporte - estrada	C. Norberto odebrech S.A.	23 de junho de 2010	Luanda	26.132.943,99
Via Expressa Luanda-Kifangondo - Pacote 1	INEA - Instituto de Estradas de Angola	inf. de transporte - estrada	C. Norberto odebrech S.A.	23 de agosto de 2006	Luanda	37.244.790,77
Via Expressa Luanda-Kifangondo - Pacote 1 - 2ª etapa	INEA - Instituto de Estradas de Angola	inf. de transporte - estrada	C. Norberto odebrech S.A.	18 de outubro de 2007	Luanda	36.777.377,24
Via Expressa Luanda-Kifangondo - Pacote 1 - 3ª tranche	INEA - Instituto de Estradas de Angola	inf. de transporte - estrada	C. Norberto odebrech S.A.	21 de outubro de 2009	Luanda	37.218.028,21
Via Expressa Luanda-Kifangondo - Pacote 2 - 3ª tranche	INEA - Instituto de Estradas de Angola	inf. de transporte - estrada	C. Queiroz Galvão S.A.	21 de outubro de 2009	Luanda	15.169.367,33
Via Expressa Luanda-Kifangondo - Pacote 2 -	INEA - Instituto de Estradas de Angola	inf. de transporte -	C. Queiroz Galvão S.A.	23 de junho de 2010	Luanda	15.169.367,33